



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

PARECERES DOS RECURSOS

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade do Centro-Oeste - FAU, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO OS PARECERES DOS RECURSOS** do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Toledo-PR, interpostos contra às questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura, no caso de anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL DE SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A “Desde 2021 é proibido fumar em todos os espaços públicos em Milão.” é a INCORRETA de acordo com o seguinte trecho do texto: Em Milão, fumar já é proibido desde 2021 em áreas verdes públicas (exceto quando era possível respeitar uma distância de segurança de dez metros), em parques infantis, pontos de ônibus e de táxi, assim como em todos os complexos esportivos. A alternativa B “Milão registra índices de poluição acima dos recomendados.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: A cidade italiana é rodeada de indústrias e registra índices de poluição de partículas finas e óxidos superiores aos padrões recomendados. A qualidade do ar tornou-se então uma prioridade, tendo em vista os Jogos Olímpicos de Inverno de 2026, organizados em parceria com a estação de esqui Cortina. A alternativa C “Apesar de ter iniciado a luta antitabagista em 1975, na Itália um em cada cinco italiano fuma.” é correta de acordo com o quinto parágrafo do texto: A Itália lançou a luta antitabagismo em 1975, mas limitou a proibição aos transportes públicos. Em 1995, ela foi



ampliada às repartições públicas e, em 2005, a todos os locais públicos fechados. Quase um de cada cinco italianos fuma, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (Istat) de 2023. Estes números colocam a Itália abaixo da média da União Europeia (24%). O país do bloco com a menor população fumante é a Suécia (8%) e o que apresenta a pior taxa é a Bulgária (37%). A alternativa D “Na Itália, o consumo de tabaco causa mais de noventa mil mortes anuais.” é correta de acordo com o seguinte trecho do texto: O consumo de tabaco causa 93 mil mortes anualmente no país, segundo o Ministério da Saúde italiano. A alternativa E “O Reino Unido quer se tornar um país livre do tabaco inclusive com proibição geracional.” é correta de acordo com o penúltimo e último parágrafos do texto: A medida de Milão integra um movimento geral, que visa a erradicação do tabaco, como no México, que proibiu fumar em alguns bairros do centro histórico em 2022. Alguns países têm metas mais ambiciosas. É o caso do Reino Unido, que quer se tornar progressivamente um país livre do tabaco. De acordo com um projeto de lei em fase de aprovação, as pessoas nascidas depois de 2009 não poderão comprar cigarros legalmente. Além desta proibição geracional, o Reino Unido quer proibir o fumo em espaços externos, como parques infantis, e perto de escolas e hospitais.

QUESTÃO 02 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que dígrafos são os grupos de duas letras que representam um só fonema (MESQUITA, 1999, p. 60). As palavras cigarro (rr), pessoas (ss), fechado (ch) e bairros (rr) possuem dígrafos. A palavra decreto possui sete letras e sete fonemas.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 05 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão solicita que o candidato assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pelo termo em destaque no período. O termo destacado, *legalmente*, é um advérbio que estabelece a circunstância de modo (MESQUITA, 1999, p. 349).



Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 06 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a conjunção *mas* estabelece uma relação de sentido de oposição ou contraste e liga duas orações coordenadas adversativas (MESQUITA, 1999, p. 447).

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 07 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o termo em destaque no período *regulamentação* exerce a função sintática de sujeito do verbo trazer. A função sintática de sujeito é definida como o termo que indica o ser a respeito de quem se diz alguma coisa (MESQUITA, 1999, p. 399). No caso do período em tela, diz-se que a regulamentação traz uma exceção.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 08 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a banca não considera que o enunciado do exercício permita que o candidato realize estimativas da quantidade de bactérias e sim o valor esperado após o intervalo de tempo.



Resolução:

Em uma hora, temos três momentos onde a colônia de bactérias vai duplicar:

$$10.000 \times 2 = 20.000$$

$$20.000 \times 2 = 40.000$$

$$40.000 \times 2 = 80.000$$

Alternativa correta letra “D”.

QUESTÃO 11 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$1800 / 13 = 138$ (número completo de vezes que a palavra foi escrita) com resto da divisão igual a 6, ou seja, S(1) O(2) L(3) I(4) D(5) A(6).

A letra que corresponde ao número de 1800 é a letra A, como o enunciado do problema pergunta a próxima letra, é a letra R.

Alternativa correta letra “A”.

QUESTÃO 12 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$1/7 \times 2149 = 307$$

$$307 \times 12 = 3684$$

Alternativa Correta Letra “E”.



QUESTÃO 14 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não apresenta erros.

Resolução:

$$120 \times 0,95 = 114 \text{ quilos}$$

$$114 \times 0,93 = 106,02 \text{ quilos.}$$

Alternativa correta Letra “A”.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 15 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o festival foi concebido e realizado em formato híbrido, sua programação oficial (também disponível no site do evento) prevê atividades online, e que a premissa básica de um festival de cinema é a apresentação de conteúdo audiovisual (o que inclui curtas-metragens). Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: Programação Oficial. Olhar de Cinema.

<https://www.olhardecinema.com.br/catalogo-em-pdf/>

Redação. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/o-que-fazer-no-parana/noticia/2024/05/28/olhar-de-cinema-80-producoes-curitiba.ghtml>.

Acesso em 05 mar. 2025.

QUESTÃO 16 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a construção da questão está ligada a atualidades de economia aplicadas a conhecimentos gerais de Geografia em escala internacional. Para isso, cita três tradicionais empresas automotivas japonesas com décadas de atuação no mercado brasileiro, e utiliza



o topônimo “nipônicas”, explicitando o teor geográfico da questão. Ressalta-se ainda que este não é o espaço adequado para questionamento do conteúdo do edital, e sim das questões aplicadas. Portanto, não havendo qualquer desvio do conteúdo programático previsto, também não há razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: Conteúdo programático do edital. Fau Concursos. Disponível em: <https://www.concursosfau.com.br/novo/concurso/pmt-cp>
Conheça a cultura nipônica ao visitar o bairro da Liberdade em São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. Acesso em: <https://www.educacao.sp.gov.br/conheca-cultura-niponica-ao-visitar-o-bairro-da-liberdade-em-sao-paulo/> Acesso em: 05 mar. 2025.

QUESTÃO 17 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não há erro no tema, no enunciado ou nas alternativas apresentadas. Quanto ao tema, o Oriente Médio, representado pelas situações na Síria e na Faixa de Gaza, estão entre os grandes debates sobre direitos humanos internacionais atuais. O papel de Israel e Irã, assim como os interesses da Rússia e dos Estados Unidos na região são temas básicos de conhecimento geral em História e Geografia para nível superior, além de causar diversos ruídos diplomáticos ao Brasil nos últimos anos. Quanto às alternativas, a estrutura da questão é baseada em afirmações verdadeiras e falsas que são auto excludentes; ou seja, afirmar que Osama Bin Laden é o responsável pela invasão na Síria em 2011 e Bashar Al Assad ainda governa a Síria não são erros, mas justamente o que torna essas afirmações falsas; se fossem corrigidos, tornariam a afirmação verdadeira. Quanto ao enunciado, há funções gramaticais distintas: "internacionais" integra o termo técnico relações internacionais (política externa), enquanto "internacional" qualifica o âmbito do debate. Apesar da aparente redundância, a estrutura mantém clareza semântica, sem prejuízo à interpretação objetiva da questão. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: Redação. Em 1º pronunciamento após queda, Assad diz que foi forçado a deixar a Síria. G1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/12/16/bashar-al-assad-primeiro-pronunciamento-apos-queda.ghtml>. Acesso em 05 mar. 2025.



ALKOUSAA, Riham. Governo interino da Síria aumentará salários do setor público em 400%. CNN Brasil.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-interino-da-siria-aumentara-salarios-do-setor-publico-em-400/>. Acesso em 05 mar. 2025.

QUESTÃO 20 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a construção da questão está ligada a atualidades de política aplicadas a conhecimentos gerais de História em escala internacional. Neste caso, a relação histórica dos EUA com temas como o racismo, expresso em personagens e acontecimentos que vão desde a escravidão até o assassinato de Martin Luther King ou a eleição de Barrack Obama; aplicados à enorme divulgação da candidatura de Kamala Harris como possível primeira mulher negra a governar os EUA e seu embate com Donald Trump. Recorda-se ainda que este não é o espaço para questionamento do edital, e sim do conteúdo das questões. E, não havendo qualquer desvio do conteúdo programático previsto, também não há razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: Conteúdo programático do edital. Fau Concursos. Disponível em: <https://www.concursosfau.com.br/novo/concurso/pmt-cp>
DÍEZ, Beatriz. Kamala Harris: 5 momentos-chave da carreira da candidata democrata. BBC.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9gv5mgnyvo>. Acesso em 05 mar. 2025.

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 02 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que dígrafos são os grupos de duas letras que representam um só fonema (MESQUITA, 1999, p. 60). As palavras professor (ss), terra (rr), processos (ss), chineses (ch) possuem dígrafos. Na palavra março temos cinco letras e cinco fonemas.



Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

QUESTÃO 04 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a conjunção *mas* estabelece uma relação de sentido de oposição ou contraste (MESQUITA, 1999, p. 447) com a ideia do período anterior no texto “O professor Francisco Thiago Silva destaca que o mês de janeiro foi criado pelos romanos, no século 8 a.C., para homenagear Jano – deus da mitologia romana que representa começos e mudanças. Mas a celebração da passagem de ano pelos romanos era feita no início da primavera, que é em março no hemisfério norte.”. A conjunção *porém* também é adversativa e mantém as mesmas relações de sentido no texto.

Referência Bibliográfica: MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 15 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado mantém clareza semântica e não altera a relação entre sujeito e predicado. Note-se que o termo "conhecidos" integra uma oração subordinada adjetiva (referindo-se a "pessoas"), com função de particípio passado, que, embora não concordando em gênero, não inviabiliza a identificação do sujeito ("imigrantes gaúchos"). Já o termo "celebrados" vincula-se ao sujeito "pessoas" no contexto de reconhecimento histórico, preservando a relação lógica entre o tema e as alternativas. Ou seja, a compreensão do enunciado não interfere na habilidade de identificar a origem histórica solicitada, conforme previsto no conteúdo programático sobre História do município. Não há, portanto, razão fundamentada para anulação da questão.

Referência Bibliográfica: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.



CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. Gramática do Português. 1. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADVOGADO SUAS I

QUESTÃO 21 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que nos termos do art. 100, da Lei Orgânica, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, com recursos do Município, do Estado e da União. A inclusão do termo “somente” coaduna com os objetivos e princípios da assistência social, sobretudo com o princípio da seletividade e distributividade.

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o art. 29 da Lei Orgânica do Município de Toledo/PR dispõe que “A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta: I - do Legislativo, desde que subscrita por no mínimo um terço dos Vereadores; II – do Prefeito Municipal.

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar nº 113/2005 determina que o Tribunal de Contas deve apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração pública direta e indireta, incluídas fundações mantidas pelo poder público. Nomeações para cargos efetivos realizadas por concurso público estão incluídas nesta previsão. A alternativa “B” é o gabarito, visto que o art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar nº 113/2005 exclui expressamente as nomeações para



cargos de provimento em comissão da apreciação do Tribunal de Contas para fins de registro.

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o item I está incorreto, já que as contas serão julgadas irregulares quando houver omissão no dever de prestar contas, nos termos do art. 16, III, alínea “a”, da Lei Complementar 113/05. O item II está incorreto, visto que as contas serão julgadas regulares com ressalvas quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, da qual não resulte dano ao erário, nos termos do art. 16, II, da Lei Complementar 113/05. O item III está correto, pois corresponde a literalidade do art. 16, inciso I, da Lei Complementar 113/05.

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, segundo leciona a doutrina, os atributos do ato administrativo são: presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade. A competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto são elementos de formação do ato administrativo. INDEFIRO.

Referência Bibliográfica: MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. Imprensa: Salvador, JusPODIVM, São Paulo, Malheiros, 2021.

QUESTÃO 31 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “E” PARA “D”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA PARA A ALTERNATIVA “D”, tendo em vista o erro material na inserção da expressão “somente”, no item II do enunciado. O poder constituinte reformador deve observação tanto as limitações materiais expressas, estas dispostas no parágrafo quarto do artigo 60 da Constituição Federal, bem como as limitações materiais implícitas, como o próprio comando constitucional que prevê as limitações expressas e o titular do Poder Constituinte derivado-reformador.



Referência Bibliográfica: MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. 33. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está correta, nos termos do art. 2º, § 2º, da LINDB. A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 2º, § 3º, da LINDB. A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 2º, caput, da LINDB. A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1º da LINDB. A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 1º, § 4º, da LINDB.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que com a alteração introduzida pela Lei nº 14.879/24, o parágrafo 1º do art. 63 do CPC passou a vigorar com a seguinte redação: “A eleição de foro somente produz efeito quando constar de instrumento escrito, aludir expressamente a determinado negócio jurídico e guardar pertinência com o domicílio ou a residência de uma das partes ou com o local da obrigação, ressalvada a pactuação consumerista, quando favorável ao consumidor.”.

QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está correta, nos termos do art. 391 da CLT. A alternativa B está incorreta, visto que o prazo de estabilidade provisória é desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto. A alternativa C está correta, nos termos do art. 392 da CLT. A alternativa D está correta, nos termos do art. 392, § 4º, II, da CLT. A alternativa E está correta, nos termos do art. 392-A, da CLT.



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está incorreta, nos termos do art. 897, § 1º-A, da CLT. A alternativa B está correta, pois a execução, via de regra, será promovida pelas partes, sendo possível a execução ex officio somente quando a parte não estiver representada por advogado. A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 884 da CLT. A alternativa D está incorreta, tendo em vista que deve haver intimação para impugnação, conforme art. 879, § 2º, da CLT, sob pena de preclusão. A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o prazo para apresentação de embargos à execução no processo trabalhista é de cinco dias, nos termos do art. 884 da CLT.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está incorreta, nos termos do art. 151, II, do CTN. A alternativa B está incorreta, já que o entendimento do STJ é no sentido de que “o acórdão da apelação que confirma essa sentença, no caso de natureza declaratória, produz efeitos desde logo, infirmando a certeza do correspondente crédito inscrito em dívida ativa e, por conseguinte, impedindo o ajuizamento da execução fiscal.” (AREsp n. 1.280.342/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 15/10/2019, DJe de 11/11/2019., informativo 660). A alternativa C está correta, já que corresponde ao entendimento do STJ, conforme informativo nº 660: “1. Por falta de previsão legal, a sentença favorável ao sujeito passivo impugnada por recurso da Fazenda Pública dotado de efeito suspensivo não suspende a exigibilidade do crédito tributário. (AREsp n. 1.280.342/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 15/10/2019, DJe de 11/11/2019.) A alternativa D está incorreta, já que a concessão de medida liminar é uma das hipóteses de suspensão expressamente dispostas no CTN (art. 151, V,). A alternativa E está incorreta, pois “a adesão programa de parcelamento tributário é causa de suspensão da exigibilidade do crédito e interrompe o prazo prescricional, por constituir reconhecimento inequívoco do débito, nos termos do art. 174, IV, do CTN, voltando a correr o prazo, por inteiro, a partir do inadimplemento da última parcela pelo contribuinte.” (STJ. 2ª Turma. REsp 1.922.063-PR, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 18/10/2022 (Info 754). No mesmo sentido a Súmula 653/STJ.



ANALISTA DE CONTROLE INTERNO I

QUESTÃO 21 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que tanto a alternativa C quanto a D respondem ao Enunciado, pois não se tratam de vedações constitucionais, conforme apresentado abaixo:

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

A vedação, neste caso, só incide quando a atividade preponderante for compra e venda de imóveis.

Referência Bibliográfica: Art. 156 da Constituição Federal do Brasil.

QUESTÃO 24 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Inciso II do Art. 2º da Lei Federal nº 8.137/1990 é claro ao estabelecer pena máxima de 02 (dois) anos quando do cometimento do crime de deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos:



Art. 2º Constitui crime da mesma natureza: [\(Vide Lei nº 9.964, de 10.4.2000\)](#)

- I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;
 - II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;
 - III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;
 - IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;
 - V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
- Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Referência Bibliográfica: Art. 2º da Lei Federal nº 8.137/1990.

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a resposta apresentada pela Banca está correta, conforme vejamos abaixo:

Ativo Total inicial: R\$ R\$ 8.500.000,00

Aquisição de mercadorias: aumenta ativo em R\$ 400.000,00

Pagamento de salários reduz o ativo em R\$ 600.000,00

Recebimento de vendas mês anterior não altera ativo (debita banco e credita clientes)

Apropriação de aluguel não altera ativo (debita despesa e credita contas a pagar)

Vendas a prazo aumenta ativo em R\$ 1.500.000,00 (credita receita e debita clientes)

Custo das mercadorias vendidas reduz o ativo em R\$ 700.000,00 (debita CMV e credita estoques)

Apropriação dos salários não altera ativo (debita despesa e credita salários a pagar)

$R\$ 8.500.000,00 + R\$ 400.000,00 - R\$ 600.000,00 + R\$ 1.500.000,00 - R\$ 700.000,00 = \underline{R\$ 9.100.000,00}$

Resultado do exercício:

Receitas com vendas R\$ 1.500.000,00

Despesa com aluguel R\$ 100.000,00

Custo das mercadorias vendidas R\$ 700.000,00

Despesa com salários R\$ 300.000,00

Lucro de R\$ 400.000,00

Ativo inicial R\$ 8.500.000,00



Passivo inicial R\$ 3.500.000,00

Patrimônio Líquido inicial R\$ 5.000.000,00 (ativo – passivo)

Patrimônio Líquido final = PL inicial + resultado

R\$ 5.000.000,00 + R\$ 400.000,00 = R\$ 5.400.000,00

Diante do exposto, a única alternativa que responde ao enunciado é a letra C.

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a hipótese mencionada no Recurso não poderia ser considerada correta, conforme veremos abaixo.

O enunciado diz que o saldo da conta corrente no sistema de contabilidade estava a maior do que aquele apurado no extrato bancário.

Tomaremos como base o valor do extrato bancário de R\$ 10.000,00 somente para fins didáticos.

Ao mencionar que o saldo estava superior no sistema de contabilidade, supomos que o sistema de contabilidade apresentava um saldo de R\$ 11.000,00.]

Caso o pagamento realizado com caixa (dinheiro em espécie) fosse contabilizado, equivocadamente, como se tivesse ocorrido via banco, o saldo da conta corrente no sistema de contabilidade estaria a menor do que o extrato e não a maior, conforme pedia o Enunciado da questão.

Saldo correto da conta corrente no sistema de contabilidade R\$ 10.000,00 (devedor)

Lançamento equivocado (pagamento com caixa registrado como se tivesse saído do banco)

Crédito conta corrente R\$ 1.000,00

Saldo no sistema de contabilidade considerando o Recurso apresentado R\$ 9.000,00 (devedor)

Fica demonstrado que o pagamento de despesas com caixa e registrado como



se tivesse ocorrido via banco faz com que o saldo no sistema seja menor do que o saldo do extrato, enquanto que o Enunciado pedia a hipótese que faria com que o saldo no sistema estivesse superior ao valor do extrato bancário.

Referência Bibliográfica: Normas Brasileiras de Contabilidade.

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o gabarito apresentado está de acordo com a legislação, conforme será demonstrado abaixo.

O Recurso apresentado é um pouco confuso, uma vez que menciona o total de Receitas Orçamentárias R\$ 2.000.000,00 e Receitas de Capital R\$ 1.600.000,00. Nenhuma das alternativas possui estes valores. Ao final o Recuso menciona que a resposta correta seriam os valores de R\$ 2.700.000,00 e R\$ 2.100.000,00, sendo que estes valores foram os apresentados pela Banca como Gabarito.

Para que não restem dúvidas, vamos resolver a questão:

Receitas correntes: R\$ 2.700.000,00

Receita com impostos: R\$ 1.900.000,00

Receita com taxas: R\$ 100.000,00

Repartição tributária: R\$ 700.000,00

Receita de Capital: R\$ 2.100.000,00

Receita venda de bens: R\$ 400.000,00

Receita com operação de crédito: R\$ 500.000,00

Receita transferência de capital (recebido de outro Ente para aquisição de imóvel): R\$ 1.200.000,00

Operação de crédito por antecipação da receita é considerada uma receita extraorçamentária

Referência Bibliográfica: Lei Federal nº 4.320/1964 e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.



QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que as únicas afirmativas corretas são os itens II, III e IV, conforme será demonstrado abaixo.

O item I está INCORRETO, uma vez que a Lei Federal nº 4.320/1964 é expressa ao permitir o uso de anulação parcial de dotações para abertura de crédito adicional.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

O item II está plenamente CORRETO, uma vez que a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares exige autorização legislativa para sua abertura, conforme Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Referência Bibliográfica: Arts. 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o pagamento de Restos a Pagar não é considerada uma despesa orçamentária, mas a despesa de exercícios anteriores sim, conforme MCASP:

4.2.5. Orientação para a Classificação quanto à Natureza da Despesa Orçamentária

b. Extraorçamentário – são aqueles decorrentes de:



- ii. Pagamento de restos a pagar – são as saídas para pagamentos de despesas empenhadas em exercícios anteriores. Ou seja, pertencem a exercícios anteriores, de acordo com seu respectivo empenho, de forma que nos seguintes serão consideradas extraorçamentárias.

Já as despesas de exercícios anteriores, são consideradas como orçamentárias:

92 – Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas orçamentárias com o cumprimento do disposto no art. 37 da Lei nº 4.320/1964, que assim estabelece:

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Diante do exposto, fica demonstrado que pagamento de Restos a Pagar não é uma despesa orçamentária e nem uma variação patrimonial, enquanto que Despesas de Exercícios Anteriores é uma despesa orçamentária e patrimonial.

Referência Bibliográfica: Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que Segundo SANTOS, O polimorfismo é um dos conceitos mais utilizados em programação orientada ao objeto, pois promove a reutilização contínua dos códigos, apresentando a maneira como um método pode assumir formas diferentes das quais foram implementadas inicialmente e agir de modo que possa ser reutilizado, inclusive em outra classe. O polimorfismo cria variações de métodos com nomes totalmente iguais em uma classe, contendo listas de argumentos diferentes para que seja feita a separação deles. A definição citada na questão está relacionada ao conceito de Polimorfismo não gerando qualquer tipo de dúvida em relação as outras alternativas.



Referência Bibliográfica: SANTOS, Marcela G.; SARAIVA, Maurício O.; FÁTIMA, Priscila G. Linguagem de programação. Porto Alegre: SAGAH, . E-book. p.173. ISBN 9788595024984.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a falta de um parênteses não prejudica a interpretação da questão tendo em vista que a própria sigla DHCP idêntica o protocolo.

Para automatizar as configuração e geração automática de endereços IP na rede foi criado o protocolo DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol) que, por meio de um servidor DHCP, distribui os endereços, máscaras, gateway padrão e outras configurações automaticamente para os computadores da rede quando são ligados.

Referência Bibliográfica: SOUSA, Lindeberg Barros de. Redes de Computadores - Guia Total. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p.135. ISBN 9788536505695.

ARQUITETO I

QUESTÃO 24 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão 24 será ANULADA, tendo em vista que existe mais de uma alternativa correta, comprometendo a correta interpretação da questão.

Referência Bibliográfica: Norma ABNT NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezado candidato, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão 27 será MANTIDA, tendo em vista que os dados referidos estão na norma ABNT NBR 15575-4: 2021: Edificações habitacionais —



Desempenho Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas — SVVIE.

Referência Bibliográfica: ABNT NBR 15575-4/2021: Edificações habitacionais — Desempenho Parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais internas e externas — SVVIE.

QUESTÃO 34 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão 34 será ANULADA, tendo em vista que existe mais de uma alternativa correta.

Referência Bibliográfica: Definições e conceitos consagrados na literatura sobre o assunto: Projetos arquitetônicos.

QUESTÃO 40 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão 40 será ANULADA, tendo em vista que existe mais de uma alternativa que atende ao enunciado.

Referência Bibliográfica: Norma ABNT NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e ABNT NBR 16636-4/2023: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Parte 4: Projeto de arquitetura paisagística.

ENFERMEIRO I

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o ARTIGO 197º (ALTERNATIVA A), conforme a Constituição Federal de 1988, estabelece que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.



[...] As demais alternativas:

- Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Parágrafo único: o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

- Art. 2. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

- Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

- Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

[...] Dentre os tópicos propostos nos conteúdos programáticos, podemos relacionar à (QUESTÃO 23): Saúde Coletiva (Pública); Sistema Único de Saúde (SUS); Política Nacional de Atenção Básica; Vigilância em Saúde; código de ética e legislação profissional.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < <https://www.gov.br>>. Acesso em 17 jan. 2025.

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a ÚNICA OPÇÃO CORRETA é a (ALTERNATIVA D), pois somente os Itens I, V e VI estão CORRETOS.

[...]

I - CORRETO - Conforme o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional do Câncer (INCA), recomenda-se que todas as mulheres com idade entre 50 e 69 anos realizem mamografia com intervalos máximos de 2 anos visando a detecção precoce do câncer de mama.

II - INCORRETO - pois para mulheres entre 50 e 69 anos, que estão fora dos grupos de risco, a recomendação é a realização de mamografia a cada 2 anos.



III - INCORRETO - pois para mulheres entre 50 e 69 anos, que estão fora dos grupos de risco, a recomendação é a realização de mamografia a cada 2 anos.

IV - INCORRETO - pois para mulheres que pertencem aos grupos de risco, a recomendação é a realização de mamografia anual a partir dos 35 anos de idade.

V - CORRETO - Para mulheres pertencentes a grupos com risco aumentado para desenvolvimento de câncer de mama, recomenda-se mamografia anual a partir dos 35 anos de idade.

VI - CORRETO - São considerados grupos de risco para desenvolvimento de Câncer de Mama: mulheres com história familiar de pelo menos um parente de primeiro grau (mãe, irmã ou filha) com diagnóstico de câncer de mama, abaixo dos 50 anos de idade; mulheres com história familiar de pelo menos um parente de primeiro grau (mãe, irmã ou filha) com diagnóstico de câncer de mama bilateral ou câncer de ovário, em qualquer faixa etária; mulheres com história familiar de câncer de mama masculino; mulheres com diagnóstico histopatológico de lesão mamária proliferativa com atipia ou neoplasia lobular in situ.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Controle do câncer de mama. Rio de Janeiro: INCA; 2004.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: controle dos cânceres do colo do útero e da mama. n. 13. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: saúde sexual e saúde reprodutiva. n. 26. Brasília, 2013.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a ÚNICA OPÇÃO CORRETA para definição de CURA é a (ALTERNATIVA B), “quando a doença foi TOTALMENTE ERRADICADA”.

[...] O termo “ERRADICAR” define-se por: arrancar pela raiz, desarraigar, extirpar, fazer desaparecer, afastar, eliminar, excluir, expulsar; é o que ocorre com o processo patológico em um processo de CURA.



[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

FLETCHER, R.H.; FLATCHER, S.W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOMES, E.C.S. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. 83p.

PORTO, C.C. VadeMecum de Clínica Médica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. 707p.

SILVA, C.R.L.; SILVA, R.C.L.; VIANA, D.L. Compacto dicionário ilustrado de saúde. 2. ed. São Paulo: Yendis Editora, 2007.

ENFERMEIRO T8 – ESF I

QUESTÃO 21 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a (ALTERNATIVA C) é a ÚNICA CORRETA.

[...] Conforme o Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica, os números 1, 2, 3 e 4 nos relatórios de consolidado anual das famílias cadastradas - A1, A2, A3 e A4 indicam os níveis de agregação correspondentes:

- (1) Microárea.
- (2) Área.
- (3) Segmento.
- (4).Município.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.



Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB: manual do sistema de informação de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

QUESTÃO 22 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, conforme o Ministério da Saúde, o esquema de vacinação para vacina BCG corresponde à dose única o mais precocemente possível, PREFERENCIALMENTE nas PRIMEIRAS 12 HORAS APÓS O NASCIMENTO (ALTERNATIVA A).

[...] Não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de Rede de Frio. 4. ed. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de imunização e doenças transmissíveis. Estratégia de recuperação do esquema de vacinação atrasado de crianças menores de 5 anos de idade. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a TAXA DE MORBIDADE (ALTERNATIVA B) é um indicador de saúde que mede a frequência de casos de uma doença em uma população; é calculada a partir do número de pessoas com a doença em relação ao total da população.

[...] MORBIDADE = CONDIÇÃO PATOLÓGICA.

[...] Diante do contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.



Referência Bibliográfica:

BRASIL. Fundação Osvaldo Cruz. Ciência e Saúde pela Vida. Morbidade. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/glossario/morbidade>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

FERNANDES, A.T. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde, 2000.

FLETCHER, R.H.; FLATCHER, S.W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOMES, E.C.S. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. 83p.

ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. 707p.

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, conforme o Ministério da Saúde e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), são Eixos Operacionais da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS):

- Territorialização;
- Rede de Atenção à Saúde (RAS);
- Participação e controle social, que compreende a ampliação da representação e da inclusão de sujeitos na elaboração de políticas públicas e nas decisões relevantes que afetam a vida dos indivíduos, da comunidade e dos seus contextos;
- Educação e formação, enquanto incentivo à atitude permanente de aprendizagem sustentada em processos pedagógicos problematizadores, dialógicos, libertadores, emancipatórios e críticos;
- Vigilância, monitoramento e avaliação, enquanto uso de múltiplas abordagens na geração e análise de informações sobre as condições de saúde de sujeitos e grupos populacionais, visando subsidiar decisões, intervenções e implantar políticas públicas de promoção da saúde;
- Produção e disseminação de conhecimentos e saberes, enquanto estímulo a uma atitude reflexiva e resolutiva sobre problemas, necessidades e potencialidades dos coletivos em cogestão, compartilhando e divulgando os resultados de maneira ampla com a coletividade.

[...] Diante de contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.



Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.446, de 11 de novembro de 2014, que redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, dentre as informações captadas durante o preenchimento do SIAB, a alternativa que apresenta fichas específicas para o registro de acompanhamento domiciliar é a (ALTERNATIVA D) Fichas B e Ficha C.

[...] Considerando a interpretação ortográfica da língua portuguesa, o plural “fichas” contempla os subgrupos: Ficha B-GES, Ficha B-HÁ, Ficha B-DIA, Ficha B-TB e Ficha B-HAN.

[...] São instrumentos de coleta de dados:

- Cadastramento das famílias (Ficha A);
- Acompanhamento de gestantes (Ficha B-GES);
- Acompanhamento de hipertensos (Ficha B-HÁ);
- Acompanhamento de diabéticos (Ficha B-DIA);
- Acompanhamento de pacientes com tuberculose (Ficha B-TB);
- Acompanhamento de pacientes com hanseníase (Ficha B-HAN);
- Acompanhamento de crianças (Ficha C - Cartão da Criança);
- Registro de atividades, procedimentos e notificações (Ficha D).

São instrumentos de consolidação dos dados:

- Relatórios de consolidado anual das famílias cadastradas (Relatórios A1, A2, A3 e A4);
- Relatório de situação de saúde e acompanhamento das famílias (Relatórios SSA2 e SSA4);
- Relatórios de produção e marcadores para avaliação (Relatório PMA2 e PMA4).

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.



Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB: manual do sistema de informação de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, dentre as opções apresentadas pela [QUESTÃO 36], apenas o profissional “ARQUITETO SANITÁRISTA” (ALTERNATIVA D) não compõe o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

[...] Profissionais que podem compor o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF): Médico Acupunturista; ASSISTENTE SOCIAL; Profissional/Professor de Educação Física; FARMACÊUTICO; Fisioterapeuta; Fonoaudiólogo; Médico Ginecologista/Obstetra; Médico Homeopata; Nutricionista; Médico Pediatra; Psicólogo; Médico Psiquiatra; Terapeuta Ocupacional; Médico Geriatra; Médico Internista (clínica médica), Médico do Trabalho, MÉDICO VETERINÁRIO, PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO EM ARTE E EDUCAÇÃO (ARTE EDUCADOR) e profissional de saúde sanitaria.

[...] Diante de contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil/valores-de-referencia/pab-variavel/nasf-ab>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) é uma estratégia do Ministério da Saúde que visa melhorar a qualidade de vida da população; é parte da Estratégia Saúde



da Família (ESF); é composto por AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS), que atuam na comunidade para promover e prevenir a saúde.

[...] Diante deste contexto, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Agente Comunitários de Saúde - PACS. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

ENGENHEIRO CIVIL I

QUESTÃO 24 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que a questão E realmente está errada, e a correta é a questão C, tendo em vista que em uma estrutura de concreto os esforços de tração são absorvidos pelo aço, sendo que tensão suportada desse aço deve não ser inferior a tensão de tração solicitante, tendo dimensionamento compatível com os esforços de tração solicitados. Além disso, o aço em caso de superdimensionamento gera uma estrutura em estádio que não apresenta ductilidade, sendo necessário possuir resistência compatível com o esforço adotado.

Referência Bibliográfica: NBR 6118.

QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista a aplicação da fórmula de euler apresenta resultado conforme gabarito:

$$F = 300 \text{ kN}$$

$$E = 3000 \text{ kN/cm}^2$$

$$\text{lado } 30 \text{ cm}$$

$$\text{lado } 50 \text{ cm}$$

$$\text{Área } 1500 \text{ cm}^2$$

$$\text{Inércia menor } 112500 \text{ cm}^4$$



$\pi = 3,141592654$
 $k = 2$ engastado na base e livre no topo
 $L = 600$ cm
 $\pi^2 \times E \times I = 3330991485$
 $(kL)^2 = 1440000$
 $P_{cr} = 2313,188532$ Kn

Referência Bibliográfica: “MECÂNICA DOS MATERIAIS – Ferdinand P. Beer / E. Russel Johnston, Jr / John T. DeWolf / David F. Mazurek – QUINTA EDIÇÃO (5ed) – Editora McGrawHill.

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que o extintor de incêndio é amplamente reconhecido como a primeira linha de defesa contra incêndios devido a sua capacidade de controle rápido e eficaz de focos iniciais de fogo, evitando que se espalhem e causem maiores danos. Essa afirmação pode ser justificada com base nos seguintes pontos. De acordo com a National Fire Protection Association (NFPA), os extintores portáteis são projetados para fornecer uma resposta imediata, permitindo que indivíduos combatam incêndios incipientes antes que cresçam descontroladamente (NFPA 10, 2022). Como são equipamentos de fácil manuseio e amplamente distribuídos em edifícios comerciais, industriais e residenciais, eles podem ser acionados rapidamente por qualquer pessoa treinada. Segundo um relatório da Occupational Safety and Health Administration (OSHA), empresas que adotam extintores e treinamento adequado reduzem significativamente os riscos de incêndio em ambientes de trabalho. Comparado a outros sistemas de combate a incêndios, como sprinklers e hidrantes, os extintores são mais acessíveis e fáceis de operar, sendo fundamentais para ações iniciais antes da chegada dos bombeiros.

Referência Bibliográfica: National Fire Protection Association (NFPA 10). Standard for Portable Fire Extinguishers, 2022.
Fire Equipment Manufacturers’ Association. The Effectiveness of Portable Fire Extinguishers, 2018.
Brasil. Ministério do Trabalho. Norma Regulamentadora NR 23 – Proteção Contra Incêndios. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>.



Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 12962:2016 - Manutenção de Extintores de Incêndio.
Occupational Safety and Health Administration (OSHA). Fire Extinguisher Safety Guide, 2021.

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a flambagem não ocorre antes da carga crítica. A flambagem é um fenômeno de instabilidade que acontece quando um elemento estrutural submetido à compressão axial ultrapassa sua carga crítica de flambagem, causando uma deformação lateral significativa. Essa carga crítica, descrita pela equação de Euler para colunas. Embora, na prática, pequenas imperfeições geométricas e carregamentos excêntricos possam causar deslocamentos laterais antes da carga crítica, isso não caracteriza flambagem. A flambagem verdadeira acontece somente quando a carga crítica é atingida ou ultrapassada. As verificações de ELU e ELS consideram fatores que a estrutura não atinge estado de flambagem.

Referência Bibliográfica: Timoshenko, S., & Gere, J. M. (1961). Theory of Elastic Stability. McGraw-Hill.

Este livro é uma das referências mais clássicas sobre instabilidade estrutural e flambagem de colunas. Ele apresenta a equação de Euler e discute os efeitos da carga crítica.

Gere, J. M., & Goodno, B. J. (2012). Mechanics of Materials (8ª ed.). Cengage Learning.

Explica de maneira didática o conceito de flambagem e estabilidade de colunas, incluindo efeitos de imperfeições iniciais.

Bazant, Z. P., & Cedolin, L. (2010). Stability of Structures: Elastic, Inelastic, Fracture, and Damage Theories. World Scientific.

Aborda os fundamentos da estabilidade estrutural e a teoria de flambagem elástica e inelástica.

ABNT NBR 8800:2008 – Projeto de Estruturas de Aço e de Estruturas Mistas de Aço e Concreto de Edifícios.



Norma brasileira que trata do dimensionamento de elementos estruturais sujeitos à flambagem.

Beer, F. P., Johnston, E. R., DeWolf, J. T., & Mazurek, D. F. (2015). Resistência dos Materiais (6ª ed.). McGraw-Hill.

Apresenta a teoria da estabilidade de colunas e a equação de Euler para flambagem elástica.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA tendo em vista que Cisko de solo é um termo utilizado para descrever pequenos fragmentos ou partículas de solo, geralmente resultantes da erosão, movimentação mecânica ou decomposição de materiais geológicos. Esses fragmentos podem variar em tamanho e composição, dependendo do tipo de solo e das condições ambientais.

O termo pode ser empregado em diferentes contextos, como:

Agronomia e geotecnia: Referindo-se a partículas finas do solo que podem ser levadas pelo vento ou pela água.

Construção civil: Pequenos resíduos de solo ou poeira presentes em canteiros de obras.

Popularmente: Pode ser sinônimo de poeira ou sujeira fina acumulada no solo.

Referência Bibliográfica: Embrapa Solos (2020). Manual de Análise de Solos. Embrapa.

Descreve a classificação e estruturação das partículas do solo, incluindo frações finas e ciscos.

Lepsch, I. F. (2011). Formação e Conservação dos Solos. Oficina de Textos.

Aborda a composição e fragmentação do solo, incluindo partículas finas transportadas por processos naturais.



QUESTÃO 36 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA tendo em vista que mais de uma alternativa atende ao enunciado.

QUESTÃO 37 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “C” PARA “E”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA tendo em vista que a alternativa que atende ao enunciado é a E.

(A) Correta – A NBR 9050/2020 estabelece que a largura mínima de corredores de circulação deve ser de 1,20 m para permitir a acessibilidade de pessoas com deficiência, incluindo cadeirantes. (Seção 6.3.1.1 da norma).

(B) Correta – Nos banheiros acessíveis, a norma exige um espaço de manobra mínimo de 1,50 m de diâmetro para permitir que cadeirantes realizem giros completos sem obstruções. (Seção 7.3.1 da norma).

(C) Correta – A inclinação máxima permitida para rampas varia conforme o desnível, e 7,50% é uma inclinação aceitável para desníveis de até 1,50 m. A norma estabelece que rampas acessíveis devem seguir especificações rigorosas para garantir o deslocamento seguro de cadeirantes. (Tabela 3 da Seção 6.6.3.1 da norma).

(D) Correta – A NBR 9050/2020 determina que os pisos devem ser firmes, estáveis e antiderrapantes, especialmente em áreas molhadas como banheiros, cozinhas e ambientes externos, a fim de garantir a segurança de todos os usuários, inclusive pessoas com deficiência. (Seção 6.1.4.1 da norma).

(E) Incorreta – A norma estabelece que a largura mínima das portas de passagem deve ser de 0,80 m para garantir a acessibilidade. A exigência de 1,00 m é aplicada apenas em casos específicos, como portas de acesso coletivo. (Seção 6.3.2.1 da norma).

Referência Bibliográfica: NBR 9050.



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a eflorescência salina é um fenômeno caracterizado pelo depósito de cristais de sais solúveis na superfície de materiais porosos, como concreto e alvenaria. Esse processo ocorre devido à migração de água através da estrutura do material e posterior evaporação, deixando os sais dissolvidos na superfície.

Mecanismo da Eflorescência:

Presença de sais solúveis – Os materiais cimentícios contêm compostos que podem dissolver-se em água, como sulfatos, carbonatos e cloretos.

Movimentação da água – A água, por capilaridade ou percolação, dissolve os sais presentes no material.

Evaporação da água – Quando a água atinge a superfície e evapora, os sais precipitam e formam depósitos esbranquiçados.

Referência Bibliográfica: Mehta, P. K., & Monteiro, P. J. M. (2014). Concrete: Microstructure, Properties, and Materials. McGraw-Hill.

Neville, A. M. (2016). Properties of Concrete. Pearson Education.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 13281:2005 (Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Requisitos).

QUESTÃO 40 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que devido a troca da palavra de agronomia para arquitetura gerou erro na correta interpretação.

FISIOTERAPEUTA I

QUESTÃO 21 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a abordagem baseada na CIF enfatiza a importância de promover a participação em atividades significativas para a criança e sua família. Programas domiciliares permitem que as metas sejam estabelecidas de forma personalizada e em um ambiente



natural, o que melhora o engajamento e a funcionalidade nas atividades do dia a dia. É importante esclarecer ao candidato que o termo PARTICIPAÇÃO ao qual a questão se refere, e a terminologia utilizada na CIF. Intervenções de participação são intervenções que promovem frequência e envolvimento em contextos da vida real, como tratamentos baseados na comunidade. Portanto, nenhuma alternativa além da B incluía estratégia adequada para promover o domínio participação (FURTADO et al, 2024).

Segue trecho para ajudá-lo no entendimento da terminologia da CIF: As atividades e participação (A & P) descrevem como o indivíduo exerce suas atividades diárias e se engaja na vida social, considerando as funções e estruturas do seu corpo. O conteúdo desses componentes (A & P) é organizado desde simples tarefas e ações até áreas mais complexas da vida, sendo incluídos itens referentes à aprendizagem e aplicação do conhecimento; tarefas e demandas gerais; comunicação, mobilidade, cuidados pessoais, atividades e situações da vida doméstica; relações e interações interpessoais; educação e trabalho; auto-suficiência econômica; vida comunitária. As limitações de atividade são as dificuldades que o indivíduo pode ter para executar uma determinada atividade. As restrições à participação social são os problemas que um indivíduo pode enfrentar ao se envolver em situações de vida.

Referência Bibliográfica: Farias N, Buchalla CM. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. Rev bras epidemiol [Internet]. 2005Jun;8(2):187–93. Available from: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2005000200011>

Michelle A S Furtado, Kênea M A Ayupe, Isabella S Christovão, Ricardo R Sousa Júnior, Peter Rosenbaum, Ana C R Camargos, Hércules R Leite. Fisioterapia em crianças com paralisia cerebral no Brasil: uma revisão de escopo. Developmental Medicine & Child Neurology
Volume 64, Issue 5 p. e2-e12 <https://doi.org/10.1111/dmcn.15094>

QUESTÃO 22 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “D” PARA “C”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA PARA A LETRA C. O teste de força que utiliza a posição com joelho flexionado, é usado para avaliar o músculo sóleo. Devemos considerar a insuficiência ativa do gastrocnêmio, mas não é ela quem restringe a flexão plantar, mas sim, diminui a eficiência mecânica do



gastrocnêmio para contribuir para o movimento de flexão plantar. Para avaliar o músculos gastrocnêmio: Inicialmente, o teste de força da flexão plantar pode ser realizado sem sustentação de peso. Se nessas condições nenhuma fraqueza de flexão estiver aparente, um teste é realizado na posição funcional, de pé, com o joelho estendido e o pé oposto fora do solo. Tecnicamente, o calcanhar eleva-se na amplitude de movimento total enquanto de pé, com apoio em uma perna indicando 3/5 (fraco), com teste muscular com cinco elevações de calcanhar em apenas um membro indicando 4/5 (bom) e 10 elevações de calcanhar em apenas um membro indicando 5/5 (normal). A partir de um ponto de vista funcional, uma amplitude mais ampla de resultado pode, às vezes, ser mais útil. O sóleo produz flexão plantar da articulação do tornozelo, seja qual for a posição do joelho. Para determinar o funcionamento individual desse músculo como flexor plantar, o joelho é flexionado para minimizar o efeito do gastrocnêmio. O teste do sóleo é semelhante ao do gastrocnêmio, exceto que o paciente deve elevar o calcanhar unilateralmente, com algum grau de flexão do joelho.

Referência Bibliográfica: DUTTON, Mark. *Fisioterapia Ortopédica*. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010. *E-book*. p.1. ISBN 9788536323718.

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que as intervenções sugeridas na alternativa B são consistentes com as recomendações atuais, pois são de baixo custo, facilmente reproduzíveis na prática clínica e realizadas no ambiente natural da criança. Elas também se alinham aos princípios da CIF, promovendo funcionalidade e participação.

Considerando as significativas discrepâncias sociais do país, onde mais de 80% de sua população depende de seu serviço público de saúde, é importante que os pesquisadores brasileiros invistam seus esforços em intervenções baratas e fáceis de reproduzir na prática clínica brasileira. Intervenções como programas domiciliares, enriquecimento ambiental e treino específico da tarefa são baratas, não requerem equipamentos, são direcionadas aos objetivos dos familiares e realizadas em ambiente natural da criança; isso corresponde às recomendações científicas atuais com objetivo de melhorar o desempenho e não apenas visando corrigir deficiências.



Referência Bibliográfica: Michelle A S Furtado, Kênnea M A Ayupe, Isabella S Christovão, Ricardo R Sousa Júnior, Peter Rosenbaum, Ana C R Camargos, Hércules R Leite. Fisioterapia em crianças com paralisia cerebral no Brasil: uma revisão de escopo. *Developmental Medicine & Child Neurology* Volume 64, Issue 5 p. e2-e12 <https://doi.org/10.1111/dmcn.15094>

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não existe palavra “DOBE” e que pudesse levar a uma interpretação inadequada e na sequencia, na frase “SOBE um degrau de cada vez” está a descrição da ação executada pelo paciente.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a deformidade descrita caracteriza a deformidade em pescoço de cisne. Segue trecho descrevendo esse tipo de deformidade assim como imagens que o candidato pode acessar no artigo. A deformidade do pescoço de cisne envolve flexão na articulação interfalângica distal e hiperextensão na articulação interfalângica proximal é descrita no contexto de muitas doenças reumatológicas e acredita-se que seja devida a um desequilíbrio nas forças de flexão e extensão que atuam nas articulações dos dedos. Na artrite reumatoide inicial, a deformidade pode ser "não fixa" devido a um desequilíbrio de forças que atuam nas articulações dos dedos, devido à frouxidão dos ligamentos.

Ainda, é preciso comentar que A deformidade em botoeira é caracterizada por flexão da articulação IFP e extensão da IFD (interfalangeana distal), o que não é o descrito no enunciado.

Referência Bibliográfica: P. Rajendran Srijithesh. An Unusual Cause of Swan Neck Deformity of the Fingers. *JAMA Neurol.* 2013;70(2):263-265. doi:10.1001/jamaneurol.2013.594



QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o fortalecimento progressivo do tornozelo será o tratamento mais apropriado, e começar com o fortalecimento de cadeia aberta é geralmente bem tolerado ao começar um programa. Normalmente, os exercícios de cadeia fechada são introduzidos depois que a tolerância aos exercícios de cadeia aberta pode ser estabelecida. A reabilitação deve incluir o acesso individual dos músculos fracos ou debilitados para que sejam fortalecidos individualmente, pois se forem colocados dentro de uma cadeia cinética ainda fracos, a musculatura proximal e distal vai compensar e mascarar o déficit do músculo debilitado dentro do sistema, não fortalecendo o que está realmente debilitado e incentivando padrões compensatórios que afetarão toda a cadeia.

Referência Bibliográfica: Moser AD de L, Malucelli MF, Bueno SN. Cadeia cinética aberta e fechada: uma reflexão crítica. *Fisioter mov* [Internet]. 2010Oct;23(4):641–50. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0103-51502010000400014>

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o segmento ST tornar-se acentuadamente ascendente é uma alteração eletrocardiográfica normal durante o exercício. O ponto J (o ponto de inflexão na junção da onda S e do segmento ST) fica deprimido durante o exercício, com depressão máxima no pico do exercício. O segmento ST normal durante o exercício, portanto, inclina-se acentuadamente para cima. O critério padrão para uma resposta anormal do segmento ST é depressão horizontal (planar) ou descendente de >1 mm.

Referência Bibliográfica: Hill J, Timmis A. Exercise tolerance testing. *BMJ*. 2002 May 4;324(7345):1084-7. doi: 10.1136/bmj.324.7345.1084.



QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o paciente está demonstrando uma marcha de Trendeleburg com fraqueza nos abdutores do quadril direito. Ao ficar em posição unipodal no quadril envolvido e abduzir o oposto, há maior sobrecarga no quadril direito (cadeia fechada) mais do que o quadril esquerdo (cadeia aberta). Assim, é MAIS eficaz o fortalecimento dos abdutores do quadril direito usando o exercício de cadeia fechada. Exercícios em cadeia cinética fechada associados à contração isométrica de abdutores da coxa proporcionam maior ativação elétrica do músculo glúteo médio em indivíduos saudáveis quando comparados a exercícios em cadeia cinética aberta (FELICIO et al, 2011).

Referência Bibliográfica: FELÍCIO, Lilian R. et al. Ativação muscular estabilizadora da patela e do quadril durante exercícios de agachamento em indivíduos saudáveis. Revista Brasileira de Fisioterapia, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p.206-211, jun. 2011.

JORNALISTA I

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que é importante ter em conta o enunciado todo, qual seja 'Formato de jornal impresso ainda pouco utilizado na Imprensa brasileira mas cada vez mais comum em veículos públicos, cujas dimensões ficam na faixa de 25 cm x 40 cm. Estamos falando de qual das alternativas abaixo:'. O enunciado diz claramente que se trata de uma faixa de medidas, uma média, com intervalos, como qualquer faixa de medida. No mundo todo, os principais formatos – Tablóide, Standard e Berliner – possuem variantes de medidas, por conta de peculiaridades da Indústria Gráfica, dos custos de produção do jornal e assim por diante. Sendo assim, o fato de um periódico como a Folha de SP adotar o padrão Berliner não significa que isto seja absolutista. Uma consulta a portais da Indústria Gráfica permite verificar isto. Vide o exemplo https://www.reidagrafica.com.br/jornal-berliner-orcamento-pelo-whatsapp/prod-10563095/?srsltid=AfmBOoole2h7JAt8hDYwWV-fJuCWTS_MEI1oBK090USEa0jl6uaWN_Fp, em que se menciona o 25,5 cm x 40 cm.



Referência Bibliográfica: https://www.reidagrafica.com.br/jornal-berliner-orcamento-pelo-whatsapp/prod-10563095/?srsltid=AfmBOoole2h7JAt8hDYwWV-fJuCWTS_MEI1oBK090USEa0jl6uaWN_Fp;
<https://grafinorte.com.br/loja/produtos-subcategorias/0EOCQLNJ/jornal-berliner.html#>

MÉDICO T4 – ORTOPEDISTA

QUESTÃO 29 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “A” PARA “E”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será alterada, tendo em vista que existem várias classificações para pseudo artrose.

Referência Bibliográfica: Fraturas em Adultos de Rockwood e Green: 2 Vol - Rockwood – Manole.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a fratura de 03 vértebras é um dos sinais de instabilidade da coluna vertebral.

Referência Bibliográfica: Fraturas em Adultos de Rockwood e Green: 2 Vol - Rockwood – Manole.

QUESTÃO 40 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que mais de uma alternativa atende ao enunciado, onde deveria constar “correta” e não “incorreta”.

Referência Bibliográfica: Livro Ortopedia e Traumatologia Princípios e Prática 2 Vol Sizínio.



MÉDICO T4 – OTORRINOLARINGOLOGISTA

QUESTÃO 26 – **GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “B” PARA “C”**

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que a única alternativa que atende corretamente ao enunciado é a letra “C”.

Conforme a justificativa abaixo:

Correta alternativa (C): De acordo com o Tratado Brasileiro de Otorrinolaringologia, o exame padrão-ouro para o diagnóstico de obstrução nasal em crianças menores de 5 anos com obstrução nasal crônica é a nasofibrosopia (endoscopia nasal flexível). Nesse caso a patologia predominante é a Hipertrofia adenoideana.

A nasofibrosopia é o exame mais indicado porque:

1. Permite a visualização direta das cavidades nasais, rinofaringe, adenoides e estruturas relacionadas, possibilitando a identificação da causa da obstrução nasal crônica.
2. É uma técnica minimamente invasiva e bem tolerada em crianças, quando realizada por um profissional experiente.
3. Ajuda a identificar condições como hipertrofia adenoideana (principal causa em crianças), pólipos nasais, corpo estranho nasal ou outras alterações anatômicas e inflamatórias.

Outros métodos complementares Embora a nasofibrosopia seja o padrão-ouro, exames de imagem, como a radiografia de cavum ou a tomografia computadorizada, podem ser úteis em casos selecionados para complementar o diagnóstico, especialmente em situações em que há suspeita de alterações ósseas ou sinusais. No entanto, esses métodos são menos específicos e frequentemente evitados em crianças pequenas devido à exposição à radiação.

QUESTÃO 34 – **GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “C” PARA “D”**

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA, tendo em vista que a única alternativa que atende corretamente ao enunciado é a letra “D”.

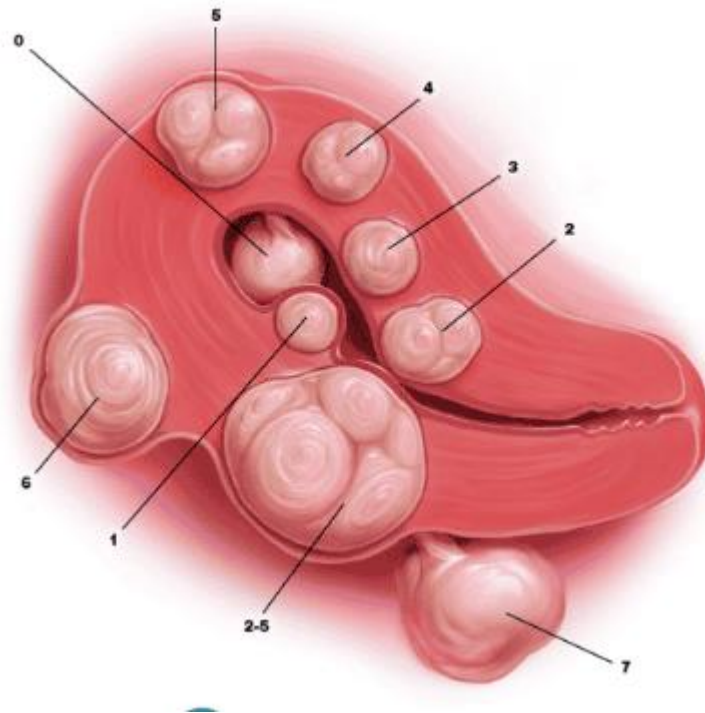


MÉDICO T4 – ULTRASSONOGRAFISTA

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que conforme exemplificado em imagens e tabela abaixo, se observa que o mioma tipo 1 é o submucoso ocupando menos que 50% do miométrio, e o tipo 5 corresponde ao mioma subseroso que ocupa mais de 50% do miométrio.

Classificação de Miomas da FIGO		
Submucoso	0	Intracavitário, pediculado
	1	Submucoso, < 50% intramural
	2	Submucoso, > 50% intramural
Outros	3	Intramural, tangenciando o endométrio
	4	Intramural
	5	Subseroso, > 50% intramural
	6	Subseroso, < 50% intramural
	7	Subseroso, pediculado
	8	Exemplo: cervical, parasita, etc.
Híbrido (tangencia ambos endométrio e serosa)		Dois números são usados e separados por hífen. Por convenção o primeiro é a relação com o endométrio e o segundo com a serosa
Exemplo de Híbrido	2-5	Submucoso e subseroso, cada um com menos da metade do diâmetro nas cavidades endometrial ou peritoneal respectivamente



Referência Bibliográfica: ARTIGO ORIGINAL:

<https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1016/j.ijgo.2010.11.011>

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que avaliação ultrassonográfica apresentando saco gestacional sem embrião visível, para confirmar o diagnóstico, deve ser feita 14 dias após o aparecimento do saco gestacional, pois com 10 dias ainda não é possível fechar o diagnóstico correto. Segue esquema abaixo, recomendado pela ISUOG (International Society of Ultrasound in Obstetrics and Gynecology).



Achados diagnósticos de aborto na US transvaginal *:

- DMS $\geq 25\text{mm}$ (sem embrião ou vesícula vitelínica)
- Embrião com CCN $\geq 7\text{mm}$ sem batimento cardíaco
- DMS $\geq 18\text{mm}$ sem embrião, **70 dias ou mais** após DUM
- Embrião $\geq 3\text{mm}$ sem batimento cardíaco, **70 dias ou mais** após DUM

Situações limite, um segundo operador deve rever os achados ou repetir o exame 7 dias depois

* O USTV deve ser repetido após pelo menos 14 dias

Preisler J et al. BMJ. 2015, 23: 351; Abdallah Y et al. UOG. 2011, 38(5): 497-502

Achados ecográficos de aborto nas US de seguimento (follow-up):

- Ausência de embrião com BCF ≥ 14 dias após US demonstrando saco gestacional sem VV
- Ausência de embrião com BCF ≥ 11 dias após US demonstrando saco gestacional com VV
- Ausência de embrião com BCF 7 dias após US que demonstrou:
 - Embrião
 - Saco gestacional com DMS $\geq 12\text{mm}$ (com ou sem VV)
- DMS menor que o dobro 14 dias após US com saco vazio e DMS $< 12\text{mm}$

Preisler J et al. BMJ. 2015, 23: 351; Doubilet et al NEJM 2013, 369:1443-51

Referência Bibliográfica:

Preisler J et al. BMJ. 2015, 23: 351; Doubilet et al NEJM 2013, 369:1443-51

MUSEÓLOGO I

QUESTÃO 33 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será anulada, tendo em vista que em relação à questão D, o conceito de museus comunitários pode ser entendido como um desdobramento do fenômeno chamado Museologia Social. Apesar do contexto mundial de criação ser outro, podemos compreender que um está atrelado ao outro de forma conceitual e prática.

Assim como é ressaltado na passagem:



“(…) Tomando esta ideia como princípio de base, a partir dos anos 1960 e 1970 começam a aparecer, no contexto museal francês, mais e mais museus comprometidos com a vida das sociedades, no campo ou em pequenas cidades industriais, distante do cenário efervescente dos museus de arte parisienses. Primeiro, foram os parques regionais nacionais e os museus de território nas províncias que ocuparam a cena dessa museologia voltada para o ‘social’. Mas é com o aparecimento dos primeiros ecomuseus, que a noção de um tipo único de museu de sociedade ou ‘museu social’ iria ter ressonância por todo o mundo, e entre os principais profissionais do campo museológico.”

No que tange a questão E, percebe-se que os arquivos e bibliotecas não estão atrelados aos museus quando se trata da pauta dos museus comunitários em sua definição primária. Entretanto, se torna de fato preciso anular a questão pela dúvida interpretação da letra D.

Referência Bibliográfica:

VARINE, Hugues de. L'écomusée (1978). In : DESVALLÉES, André ; DE BARRY, Marie Odile & WASSERMAN, Françoise (coord.). Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie (vol. 1). Collection Museologia. Savigny-le-Temple : Éditions W-M.N.E.S., 1992.

LESH, T. M.; OCAMPO, C. C.. O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história. In: CONFERENCIA NACIONAL DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE ARTES Y CULTURA LATINAS, Kansas, Missouri, 6-10 outubro, 2004.

ODONTÓLOGO

QUESTÃO 22 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, de acordo com o manual ODONTOLOGIA SEGURA Biossegurança e Segurança do Paciente da ABO a alternativa A está correta:

Recomendações em caso de exposição à material biológico:

Os procedimentos recomendados à exposição de material biológico incluem cuidados locais na área exposta, recomendações específicas para imunização



contra tétano e, medidas de quimioprofilaxia e acompanhamento sorológico para hepatite e HIV. Situações de mordeduras, são consideradas como exposição de risco quando envolver sangue. Seguem as seguintes recomendações:

- Manter a calma e lavar com água e sabão abundantemente o ferimento, mucosa ou pele exposta ao sangue ou líquido orgânico
- Atos de espremer a lesão e/ou colocar antissépticos NÃO apresentam evidências de redução de risco, ao contrário, podem promover maior sangramento do local ferido e aumentar a área lesada.

Realizar a notificação o mais rápido possível! O profissional acidentado deve se dirigir imediatamente ao Centro de Referência no atendimento de acidentes ocupacionais de sua região.

Referência Bibliográfica:

<https://www.abo.org.br/uploads/files/2018/06/manual-de-biosseguranca-revisado.pdf>

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

O que é o SUS?

O SUS pode ser entendido, em primeiro lugar, como uma “Política de Estado”, materialização de uma decisão adotada pelo Congresso Nacional, em 1988, na chamada Constituição cidadã, de considerar a Saúde como um “Direito de Cidadania e um dever do Estado”. Esse processo se por um lado resultou da ampla mobilização de um conjunto de forças sociais em torno do movimento pela RSB, revela a aproximação do nosso marco jurídico aos princípios do chamado Estado de Bem-Estar-social (Welfare state), contraposto à perspectiva liberal e neoliberal, que defende a redução do papel do Estado na garantia das condições de vida (e saúde) da população brasileira. É preciso, portanto, entender o significado disso, em uma sociedade capitalista e periférica, como a brasileira, na qual vicejam distintas concepções acerca do Estado, da Política, em suma, da natureza das relações entre público e privado, e mais contemporaneamente, das relações entre estatal- público – privado.

Nesse sentido, o SUS é um projeto que assume e consagra os princípios da Universalidade, Equidade e Integralidade da atenção à saúde da população



brasileira, o que implica conceber como “imagem-objetivo” de um processo de reforma do sistema de saúde “herdado” do período anterior, um “sistema de saúde”, capaz de garantir o acesso universal da população a bens e serviços que garantam sua saúde e bem-estar, de forma equitativa e integral. Ademais, se acrescenta aos chamados “princípios finalísticos”, que dizem respeito à natureza do sistema que se pretende conformar, os chamados “princípios estratégicos”, que dizem respeito à diretrizes políticas, organizativas e operacionais, que apontam “como” deve vir a ser construído o “sistema” que se quer conformar, institucionalizar. Tais princípios, são, como vocês sabem, a Descentralização, a Regionalização, a Hierarquização e a Participação social.

Ora, isso exige que se esclareça o sentido e o significado que se pretende e tem sido dado, aos termos “SAÚDE”, “SISTEMA DE SAÚDE”, e principalmente, o que se está entendendo por Universalidade o que se está entendendo por Equidade e o que está se entendendo por Integralidade, bem como, por Descentralização, a Regionalização, a Hierarquização e a Participação social. É impossível nesse curto espaço de tempo, dar conta desse desafio. O que me proponho a fazer, portanto, é apenas caracterizar, em grandes, linhas, o debate que vem se dando em torno de cada um dos princípios “finalísticos”, tentando identificar sua fundamentação teórica e política, como ponto de partida para que vocês introduzam a reflexão sobre a dimensão ética embutida na discussão de cada um deles.

Alternativa A: Princípios finalísticos e diretrizes estratégicas do SUS

O princípio fundamental que articula o conjunto de leis e normas que constituem a base jurídica da política de saúde e do processo de organização do SUS no Brasil hoje está explicitado no artigo 196 da Constituição Federal (1988), que afirma: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Esse artigo traz, além da idéia central do direito à saúde como direito de cidadania, inerente a todos aqueles que sejam brasileiros, por nascimento ou naturalização, a noção de que cabe ao Estado a responsabilidade por promover a saúde, proteger o cidadão contra os riscos a que ele se expõe e assegurar a assistência em caso de doença ou outro agravo à saúde.

A universalidade, portanto, é um princípio finalístico, ou seja, é um ideal a ser alcançado, indicando, portanto, uma das características do sistema que se pretende construir e um caminho para sua construção. Para que o SUS venha a ser universal é preciso se desencadear um processo de universalização, isto é, um processo de extensão de cobertura dos serviços, de modo que venham, paulatinamente, a se tornar acessíveis a toda a população. Para isso, é preciso



eliminar barreiras jurídicas, econômicas, culturais e sociais que se interpõem entre a população e os serviços

Alternativa B: Além de tudo isso, se coloca em cena o princípio da equidade, mais um dos princípios finalísticos do SUS e, atualmente, o tema central em todos os debates sobre as reformas dos sistemas de saúde no mundo ocidental. A noção de equidade diz respeito à necessidade de se “tratar desigualmente os desiguais” de modo a se alcançar a igualdade de oportunidades de sobrevivência, de desenvolvimento pessoal e social entre os membros de uma dada sociedade. O ponto de partida da noção de equidade é o reconhecimento da desigualdade entre as pessoas e os grupos sociais e o reconhecimento de que muitas dessas desigualdades são injustas e devem ser superadas. Em saúde, especificamente, as desigualdades sociais se apresentam como desigualdades diante do adoecer e do morrer, reconhecendo-se a possibilidade de redução dessas desigualdades, de modo a garantir condições de vida e saúde mais iguais para todos.

Alternativa D: A descentralização da gestão do sistema implica na transferência de poder de decisão sobre a política de saúde do nível federal (MS) para os estados (SES) e municípios (SMS). Esta transferência ocorre a partir da redefinição das funções e responsabilidades de cada nível de governo com relação à condução político administrativa do sistema de saúde em seu respectivo território (nacional, estadual, municipal), coma transferência, concomitante, de recursos financeiros, humanos e materiais para o controle das instâncias governamentais correspondentes.

Uma vez expostos em grandes linhas, os princípios e diretrizes do SUS, é interessante apontar os desdobramentos possíveis de uma reflexão mais aprofundada sobre cada um deles, indicando alguns referenciais² que podem ser úteis nesse processo, alguns dos quais sem sido, inclusive, incorporados ao debate que se trava na cena política da área.

4.1. A problemática da Universalidade; o debate em torno da universalidade, ou melhor dizendo, do processo de universalização do SUS tem sido abordada, fundamentalmente, do ponto de vista da contraposição da perspectiva social-democrata embutida no texto constitucional e a perspectiva neoliberal que se difundido no âmbito das políticas públicas no Brasil nos últimos 20 anos. Assim, de um lado, argumenta-se a favor da garantia do acesso a qualquer das ações e serviços produzidos pelo SUS, o que tem gerado uma grande iniquidade, devido aos diferenciais de informação e de consciência do direito assegurado entre os vários segmentos da população e, por outro, defende-se a necessidade de se estabelecer certa “priorização”, devido às dificuldades financeiras, gerenciais e



operacionais do sistema, enquanto, no pólo oposto, argumenta-se à favor de uma definição do “pacote básico” a ser prestado pelo SUS, subvertendo-se, com isso, a proposta de universalização. Em suma: três posições: a) universalização de “tudo” (o que embora desejável, é inviável a curto e médio prazo, o que gera uma competição “interna” pelos recursos entre prestadores e uma competição “externa” entre usuários, pelos serviços, com evidente vantagem dos segmentos econômica (2#) e culturalmente mais beneficiados. O “nó crítico!”, tem sido, portanto, o financiamento, não por acaso o tema em torno do qual gravita o debate político.

(2#) Um desses referenciais, sem dúvida, tem sido o da Filosofia do Direito, onde se destaca a análise feita por vários autores sobre a natureza dos direitos civis, políticos e sociais. Cabe destacar a contribuição de N. Bobbio, que chama a atenção para que da análise do conjunto desses direitos, pode-se inferir que alguns constituem liberdades (do cidadão diante do seu Estado) e outros constituem vínculos, obrigações, deveres (do Estado para com os cidadãos). Nessa perspectiva, pode-se afirmar que enquanto os direitos individuais se inspiram no valor primário da liberdade, os direitos sociais se inspiram no valor primário da igualdade. São direitos que tendem a eliminar, a corrigir desigualdades, que nascem das condições de partida, econômicas e sociais, mas também, em parte, das condições naturais de inferioridade física. (Almeida, p. 29-30). Para Bobbio (2000), esses direitos antes de serem antitéticos, são correlacionados, na medida em que o reconhecimento de alguns direitos sociais é pré-condição para um efetivo exercício dos direitos de liberdade. A liberdade positiva (liberdade como poder) corresponde à igualdade social, isto é, igualdade de oportunidade e exigí-la significa exigir que se concretizem os direitos sociais.

4.2. A problemática da Equidade, que tem gerado também, algumas polêmicas, em virtude, de um lado, do questionamento da “pertinência” de políticas específicas para determinados grupos, vista como uma forma de “neocorporativismo” ou de “clientelismo”, na medida em que atendem pressões de movimentos sociais mais bem organizados, ou que conseguem estabelecer lobbies, ou anéis “tecnoburocráticos” com setores das instituições gestoras das políticas. De outro, defendese a pertinência dessas políticas, não só como resposta a pressões específicas, senão como forma de expressão da 4ª geração de direitos, como assinala Bobbio (3#)

(3#) Os antecedentes dessas discussões estão nos séculos XVII e XVIII, culminando na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, após a Revolução Francesa, e, posteriormente, no século XX, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948 e na Convenção Européia dos Direitos do Homem, de 1950, que marcam a nova era pós Segunda Grande Guerra Mundial



e serviram de guia para todas as constituições posteriores, dos diversos países nos quais se adotou o chamado Estado de Direito. Nessa história progressiva, do século XVII aos nossos dias, foram percorridas diversas etapas: a) a primeira, foi a da constitucionalização, que transformou uma aspiração ideal secular em um direito público subjetivo, ainda que no restrito âmbito de uma nação (Bobbio, 2000: 481); b) a segunda, que dura até hoje, numa evolução contínua, foi a sua progressiva extensão – iniciando no próprio interior dos direitos de liberdade (direitos civis, de ir e vir), passando para o reconhecimento dos direitos políticos (de associação) até a concessão do sufrágio universal masculino e feminino (passagem do Estado liberal para o Estado democrático) e a introdução dos direitos sociais (Estado democrático e social); c) a terceira etapa teve seu ponto de partida na Declaração Universal dos Direitos dos Homens (1948), contemplando a universalização, isto é a transposição da sua proteção interna (do Estado nacional) para o sistema internacional, embora esta transposição seja, mais hipotética do que real (idem, 2000); d) se pode acenar, segundo Bobbio (2000) com uma quarta etapa; a da especificação dos direitos, uma vez que a expressão “ direito dos homens” é demasiado genérica e não é suficiente, sendo necessário, desde o início, diferenciar os direitos do homem em geral dos direitos do cidadão, no sentido de que a este último se podem atribuir direitos ulteriores. Essa especificação continuou, porém, na medida da necessidade de exigências específicas de proteção, segundo sexo (direitos das mulheres), fase da vida (direito das crianças, dos idosos) ou condições específicas de proteção (de enfermos, deficientes, doentes mentais, etc.).

Referência Bibliográfica:

https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/07_principios_os_sistema_unico_saude.pdf

OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (À LUZ DA BIOÉTICA) Carmen Teixeira - <https://www.almg.gov.br/>

Referências bibliográficas BOBBIO, Norberto, Teoria geral da política. A filosofia política e as lições dos clássicos. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Editora Campus. 2000. PAIM, J. S. Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA, 2008 TEIXEIRA, C. F. O SUS e a Vigilância da Saúde. PROFORMAR. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2003. TEIXEIRA, C.F Equidade, Cidadania, Justiça e Saúde. Paper elaborado para o Curso Internacional sobre Desarrollo de Sistemas de Salud, OPS-OMS/ASDI. Nicarágua, 17 de abril a 6 de maio de 2005. TEIXEIRA, CF e SOLLA, J. (orgs). Modelo de atenção à saúde: Promoção, Vigilância Saúde da Família, CEPS-ISC - EDUFBA, Salvador, Bahia, 2006. TEIXEIRA, C. F. et



all. O processo de formulação da Política de Saúde da população negra em Salvador, 2005-2006. Relatório de pesquisa. CNPq, ISC-UFBA, Salvador, 2009.

QUESTÃO 24 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que de acordo com LOPES E SIQUEIRA, 2015:

Métodos convencionais de Diagnóstico na Endodontia:

PALPAÇÃO (LOPES E SIQUEIRA, 2015)

Dentre as possíveis alterações apicais: edema periapical mole à palpação (necrose, abscessos); aumento de volume apical endurecido e sensibilidade leve, parecido com apertar uma bolinha de tênis de mesa característico de lesão cística e perda contínua da integridade óssea, podendo ser acompanhada de uma ligeira depressão óssea, são características de lesões compatíveis com cistos e granulomas: lesões que rompem a cortical óssea.

Testes Clínicos Pulpares (LOPES E SIQUEIRA, 2015)

Conhecidos como testes de vitalidade pulpar, o principal é o teste à FRIO. Porém ele apenas aponta a sensibilidade positiva ou negativa da polpa dental, sem na verdade apontar o real estágio da higidez pulpar. Todos os testes levam a alguma sensibilidade dolorosa, portanto, o paciente deve ser informado para que não haja perda de confiança, devendo também ser estabelecido uma código de resposta ao estímulo aplicado, como levantar a mão esquerda quando sentir o gelado e abaixar conforme a sensibilidade diminuir. Sempre fazer o teste primeiro em um dente higido para que o paciente possa ter um referencial do “normal”.

Referência Bibliográfica: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DOUTORADO EM ODONTOLOGIA DISCIPLINA: MÉTODOS DIAGNÓSTICO DAS DOENÇAS PREVALENTES Métodos Convencionais e Atuais de Diagnóstico na Endodontia.



QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que de acordo com o livro TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO Abordagem Clínica em Saúde Pública:

A Odontologia brasileira vem experimentando grandes avanços na prevenção da cárie, onde não mais figura como um país de desdentados. Contudo, a cárie ainda tem grande impacto na saúde das crianças brasileiras e o tratamento restaurador continua sendo importante, desde que aplicado somente quando necessário. Neste contexto, surge o Tratamento Restaurador Atraumático (TRA) que, embora desenvolvido nas décadas de 80 e 90¹ para ser aplicado em comunidades sem acesso a infraestrutura mínima para aplicação da odontologia convencional, vem ganhando muito espaço na Odontologia moderna em virtude de alguns aspectos: técnica minimamente invasiva², permitindo manutenção de estrutura dental sadia através da remoção seletiva de cárie com instrumentos manuais e restauração com Cimento de Ionômero de Vidro (CIV) de alta viscosidade; redução do número de exposições pulpares, reduzindo endodontias e exodontias, menor estresse e ansiedade do paciente, visto que raramente causa dor, não necessitando de anestesia³; tem sido descrito como um método econômico e eficaz na prevenção e controle da doença cárie em populações vulneráveis.

Como descrito anteriormente, o TRA é uma técnica de caráter restaurador e também preventivo, com o propósito de selar cárie de esmalte de fôssulas e fissuras, como também restaurar cavidades com cárie em dentina, na dentição decídua e permanente.

O cirurgião-dentista pode ainda utilizar o TRA como um procedimento de prevenção da cárie em pacientes com alto risco da doença, podendo ser utilizado como selante de cicatrículas e fissuras do dente, além de restaurador de dentes com cavidades cariosas na coroa e na raiz.

O TRA baseia-se na prevenção e na terapêutica, atuando sobre as crianças de maneira a educá-las na prevenção da doença cárie, assim como aos pais, instruindo-os a realizar ou supervisionar a escovação, além de compreender o impacto da dieta na saúde bucal.

Pelo fato do TRA preconizar a remoção seletiva de cárie, o uso do isolamento relativo e a ausência de anestesia, mais restaurações podem ser feitas em uma mesma sessão, diminuindo o número de consultas.



Referência Bibliográfica:

ABORDAGEM CLÍNICA EM SAÚDE PÚBLICA. TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO. Abordagem Clínica em Saúde Pública.

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão aborda o assunto dos cimentos ionoméricos. Não foi mencionado no enunciado comparação com outro material restaurador.

Referência Bibliográfica: Equipe de Dentística UCB-DF

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que Técnica de Mead: Segundo Almeida (2004), esta técnica realiza-se uma incisão por toda a extensão do freio, removendo-se a base com tesoura e, por fim, a sutura.

A técnica de Archer, também conhecida como “dupla pinçagem”, é realizada através de excisão simples do freio com inserção vestibular, sendo de rápida execução e servindo também para excisar as mais variadas formas de freios.

Referência Bibliográfica: FRENECTOMIA: REVISÃO DE CONCEITOS E TÉCNICAS CIRÚRGICAS Frenectomy: review of concepts and surgical techniques Hewerton Luis Silva¹ Jairson José da Silva² Luís Fernando de Almeida.



- Composição da saliva- presença de aglutininas, imunoglobulinas, lisozimas, bicarbonato, flúor entre outros componentes que afetam o metabolismo bacteriano
- Capacidade tampão da saliva principalmente pela presença de bicarbonato de cálcio
- Presença de flúor – Não impede o desenvolvimento da cárie, mas reduz a sua progressão. É a medida de maior impacto para o controle da doença

Nesse modelo, temos ainda os fatores socioeconômicos e comportamentais, colocados num círculo periférico, sendo considerados como fatores modificadores, porque são características de diferentes culturas.

Referência Bibliográfica:

<https://www.extranet.ceuma.br/ceuma-wordpress/wp-content/uploads/2019/03/marjoire.pdf>

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

RADIOGRAFIA DE SUBTRAÇÃO DIGITAL

Esta técnica não irá necessariamente melhorar a detecção de uma lesão de cárie, mas sim proporcionar informações importante sobre as alterações que ocorrem ao longo do tempo e é, portanto, adequada para a monitoramento do comportamento lesão. O procedimento é feito utilizando-se duas imagens radiográficas digitais obtidas em intervalos de tempo diferentes, com a mesma geometria de projeção, espacialmente e densitometricamente alinhadas utilizando-se um software específico.

A alternativa E não afirma que existe apenas um tipo de software e sim que a técnica necessita de um software que seja específico para o equipamento.

No edital conta o seguinte tópico: Exames complementares. É importante que o clínico geral conheça as opções de exames para então solicitar o que seja mais indicado para o seu paciente.

Referência Bibliográfica: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DOUTORADO EM ODONTOLOGIA DISCIPLINA: MÉTODOS DE DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS PREVALENTES DO APARELHO ESTOMATOGNÁTICO



Doutoranda: Marjorie Adriane da Costa Nunes Prof^a. Dra. Meire Coelho Ferreira
Prof^a. Dra. Letícia Machado Gonçalves
MÉTODOS CONVENCIONAIS E ATUAIS DE DIAGNÓSTICO DE CÁRIE
<https://www.extranet.ceuma.br/ceuma-wordpress/wp-content/uploads/2019/03/marjoire.pdf>

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

ANESTÉSICOS LOCAIS UTILIZADOS NA ODONTOLOGIA

Doses máximas dos AL injetáveis

Anestésico	Dose máxima mg/kg	Dose máxima mg/dia	Dose máxima tubetes
Lidocaína 20mg	4,0	200	6
Lidocaína 20mg + Epinefrina 1/100.000/mL	4,4	300	8
*Mepivacaína 20mg + Epinefrina 1:100.000/mL	4,4	300	8
**Prilocaína 30mg + Felipressina 0,03 UI/mL	4,5	400	7

*Mepivacaína deve ser evitada em gestantes e crianças;

**Prilocaína deve ser evitada em gestantes, pacientes anêmicos e pacientes com insuficiência respiratória.

Deve ser utilizada a menor dose necessária para produzir anestesia eficaz, nunca ultrapassando a dose máxima recomendada.

A duração de ação e doses máximas podem variar dependendo da literatura consultada. Recomenda-se verificar a indicação de cada fabricante.

A mepivacaína deve ser evitada na gestação e lactação, devido a sua má metabolização pelo feto ou bebê.

A alternativa B afirma que a Mepivacaína deve ser evitada em gestantes e crianças e não que ela está contraindicada.

“Cloridrato de Mepivacaína está indicado para a anestesia local em odontologia, por infiltração ou bloqueio em intervenções odontológicas em geral, como extrações múltiplas, próteses imediatas e procedimentos endodônticos. em adultos, adolescentes e crianças com mais de 4 anos de idade (acima de 20 kg de peso corporal).”



A alternativa A está correta de acordo com o manual Terapêutica Aplicada à Odontologia - UFPR 1 Uso dos anestésicos locais na Odontologia Prilocaína

“A prilocaína também possui potência anestésica semelhante à da Lidocaína. O início de sua ação acontece entre 2 e 4 minutos. Sua forma pura (Prilocaína 3%) não é comercializada no Brasil. A dose máxima recomendada da prilocaína é de 8,0 mg/kg de peso corporal para adultos e não deverá exceder 600 mg no total. A prilocaína é metabolizada no fígado e nos rins e é excretada através dos rins. Portanto, quadros de disfunção hepática e renal podem alterar a cinética da prilocaína. Em alguns pacientes, o metabólito ortotoluidina pode causar efeitos colaterais incomuns da metemoglobinemia quando são usadas grandes doses de prilocaína. A formação de metemoglobina reduzirá a capacidade de transporte de oxigênio do sangue e isso pode levar à cianose. A dose total de prilocaína deve ser limitada a 600 mg. Como a prilocaína pode diminuir a capacidade de transporte de oxigênio do sangue, ela deve ser evitada em pacientes grávidas, com metemoglobinemia congênita, anemia falciforme, anemia crônica e insuficiência cardíaca ou insuficiência respiratória com hipóxia.”

Referência Bibliográfica: ANESTÉSICOS LOCAIS UTILIZADOS NA ODONTOLOGIA
https://saude.riopreto.sp.gov.br/transparencia/arqu/daf/2022/it_7_2022.pdf
Bula do Cloridrato de Mepivacaína

Terapêutica Aplicada à Odontologia - UFPR Uso dos anestésicos locais na Odontologia.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

A Doença Periodontal (DP) é uma infecção crônica produzida por bactérias gram-negativas, em níveis elevados, causada por acúmulo de componentes microbianos do biofilme dental que se acumulam no interior dos tecidos do periodonto.¹ Trata-se de doença sítio-específica, que evolui continuamente com períodos de exacerbação e de remissão, resultando em resposta inflamatória e imune do hospedeiro à presença do biofilme dental. Existem alguns fatores de risco, como diabetes e tabagismo que podem modificá-la, aumentando sua prevalência e gravidade.²



A alternativa C não afirma que a gengivite é considerada uma condição inespecífica apenas. Ela afirma que a gengivite é uma reação inflamatória inespecífica ao acúmulo de biofilme ou seja, é uma resposta do organismo que acontece de forma semelhante, independentemente do tipo de agressão.

Referência Bibliográfica:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/23/23146/tde-24022021-172641/publico/GloriaMarcelaRamirezLemusVersaoCorrigida.pdf>

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será mantida, tendo em vista que o enunciado da questão solicita o medicamento que não tem sua ação e efeito alterados por interagir com AINES. A questão não se refere a medicamentos que apresentam efeitos colaterais somados ou aumentados quando administrados concomitantemente.

De acordo com o CRO:

Alguns medicamentos podem ter sua(s) ação (ões) e efeito (s) alterados por interagirem com AINES, são eles principalmente:

o Anticoagulantes – Embora alguns AINES sejam de venda livre e considerados seguros, os mesmos são passíveis de interações importantes que podem prejudicar a resposta farmacológica a medicamentos de venda sob prescrição e de uso contínuo, como é o caso da varfarina (BARROS & BARROS, 2010). Este medicamento é o anticoagulante oral.

o Antiagregantes plaquetários - Os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) podem interagir com anticoagulantes e antiagregantes plaquetários, aumentando o risco de sangramento.

o Anti-hipertensivos - AINEs podem reduzir o efeito de anti-hipertensores, como os inibidores da enzima de conversão da angiotensina I (IECAs).

o Hipoglicemiantes Orais - Os anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) podem interagir com hipoglicemiantes orais, causando hipoglicemia.

Referência Bibliográfica:

<https://croms.org.br/wp-content/uploads/2021/01/protocolos-farmacologicos-recomendados-na-odontologia.pdf>



QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que, como a contração ocorre na matriz orgânica do compósito, quanto maior a quantidade desse composto, maior será o stress de contração e as suas complicações. Portanto, utilizando materiais que disponham de uma quantidade menor matriz resinosa e maior de carga pode-se amenizar as complicações inerentes ao material e obter-se uma restauração mais estável e duradoura.

DISCUSSÃO

As resinas compostas são constituídas por uma matriz resinosa, tendo como principal elemento o monômero Bis-GMA ou o UDMA. Sendo esses responsáveis pela porção quimicamente ativa das resinas, já que irão estabelecer ligações cruzadas durante a polimerização. Estas ligações são responsáveis pelo enrijecimento e pela resistência do material. Devido à elevada contração que sofrem estes monômeros, algumas resinas mais atuais têm apresentado o monômero Bis-EMA em sua matriz resinosa. Este, por ter maior peso molecular e menor número de ligações duplas, apresenta uma contração de polimerização menor.

Além da matriz orgânica, as partículas de carga também apresentam papel fundamental na composição das resinas e consequentemente em suas propriedades físicas e mecânicas. A maior incorporação de partículas de carga reduz a quantidade de matriz orgânica – monômeros, reduzindo a contração de polimerização (BOWEN, 1962; REES; JACOBSEN, 1989). O quartzo foi o primeiro

Referência Bibliográfica:

https://spemd.pt/imagens/anexo_318.pdf

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24942/000750039.pdf>

https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/salusvita/salusvita_v36_n1_2017_art_13.pdf



QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

Alternativa A: A alternativa não afirma que em todos os casos de abscesso e sim em casos de abscesso em indivíduos saudáveis. É possível não realizar o tratamento com o uso de antibiótico.

Não há indicação de antibioticoterapia nos casos de infecção odontogênica contida apenas no tecido pulpar ou no tecido circunjacente, como na pulpíte, periodontite apical e na presença de edema localizado ou fístula. A antibioticoterapia só está indicada em casos de disseminação da infecção ou de envolvimento sistêmico. Nos casos de manifestação regional/sistêmica (febre, edema extrabucal, trismo e adenomegalia), a penicilina, especialmente, a amoxicilina, é a classe de antibióticos de escolha. Os abscessos perirradiculares agudos devem ser manipulados por meio de terapia endodôntica correta e incisão para drenagem ou extração do dente envolvido para remover a causa da infecção^{18,23}. Algumas vezes é necessário lançar mão da antibioticoterapia, porém antibióticos são frequentemente prescritos de maneira imprecisa no tratamento destas infecções³ com o questionamento de seu emprego em muitas situações.

O uso de antibióticos como coadjuvante ao tratamento das infecções endodônticas é uma importante opção quando clinicamente indicado¹¹. Entretanto, a grande maioria das infecções de origem endodôntica é tratada sem a necessidade de emprego de antibióticos. Há evidências de que a fonte de infecção não é afetada pelo antibiótico sistêmico, pois estes não conseguem alcançar e eliminar micro-organismos presentes no sistema de canais radiculares, devido à ausência de circulação sanguínea em polpas necrosadas²². Em indivíduos saudáveis, a maioria das infecções endodônticas pode ser tratada exclusivamente pelo estabelecimento da drenagem e remoção da causa do processo infeccioso, como tratamento adequado do sistema de canais radiculares ou remoção cirúrgica da infecção extrarradicular. Entretanto, há indicação do emprego de antibióticos em alguns casos de pacientes com o abscesso perirradicular agudo e evidências de envolvimento sistêmico ou disseminação da infecção.

Alternativa C: As penicilinas podem sofrer degradação por beta-lactamases produzidas por certos patógenos como *Eikenella corrodens*, *Capnocytophaga ochracea* e os bacilos gram negativos anaeróbios estritos. O ácido clavulânico ou sulbactam com a penicilina (amoxicilina - clavulanato de potássio, Clavulin) inibe a ação da betalactamase. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CAMPUS



AVANÇADO DE GOVERNADOR VALADARES INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA CURSO DE ODONTOLOGIA)

Alternativa D: Para a prevenção e tratamento de infecções orais durante a gestação, os antibióticos de primeira escolha são as penicilinas^{5,25}. Por apresentarem ação específica contra substâncias da parede celular das bactérias, não causam danos ao organismo materno ou ao feto, sendo praticamente atóxicas^{9,21,22}. Dentre as mais indicadas, estão a amoxicilina e a ampicilina (categoria B). Outras opções, também da categoria B, são as cefalosporinas e macrolídeos mais comumente empregadas em pacientes alérgicos às penicilinas^{5,25,26}. A eritromicina na forma de estolato não deve ser administrada devido ao seu caráter hepatotóxico.

Alternativa E: O enunciado da questão 36 solicita a alternativa incorreta com relação ao uso racional dos antibióticos na odontologia.

A alternativa E não afirma que o tratamento das doenças periodontais necrosantes ocorre exclusivamente através do uso de antibióticos. Como a questão é à respeito desses medicamentos subentende-se que, quando o seu uso for necessário, o Metronidazol é a principal escolha.

O quadro abaixo apresenta as doenças necrosantes e a indicação do Metronidazol por alguns autores.

QUADRO ESQUEMÁTICO DOS PRINCIPAIS AGENTES ANTIMICROBIANOS DE AÇÃO LOCAL E SISTÊMICA UTILIZADOS NO TRATAMENTO DAS DOENÇAS PERIODONTAIS NECROSANTES:				
Autor	Ano	DPN	Antimicrobiano Local/ Esquema posológico	Antimicrobiano Sistêmico/ Esquema posológico
Glick <i>et al.</i>	2000	GUN	- Iodopovidona 10%	- Metronidazol 250-500 mg; 8/8 horas; 7 dias
López <i>et al.</i>	2003	GUN	- Iodopovidona 10% - Clorexidina 0,12%	- Metronidazol em caso de comprometimento sistêmico
Fenoll <i>et al.</i>	2004	GUN	- Clorexidina 0,12%; 12/12 horas	- Metronidazol 250 mg; 8/8 horas; 10 dias - Amoxicilina + ácido clavulânico 1000 mg + 62,5 mg; 12/12 horas; 10 dias
Basconez-Martinez <i>et al.</i>	2005	GUN	- Peróxido de hidrogênio 3% - Clorexidina 0,2%; 12/12 horas	- Metronidazol 250 mg; 8/8 horas; 7 dias
Glick <i>et al.</i>	1994	PUN	- Clorexidina 0,12%; 5 dias	- Metronidazol 250 mg; 6/6 horas; 5 dias
Barr <i>et al.</i>	1996	PUN	- Solução salina com Iodopovidona 10%	- Metronidazol 250 mg; 6/6 horas; 5 dias
Robinson <i>et al.</i>	1997	PUN	- Clorexidina 0,2%; 12/12 horas	- Metronidazol 500 mg; 8/8 horas; 7 dias
Batista Jr. <i>et al.</i>	1999	PUN	- Clorexidina 0,12%; 12/12 horas	- Amoxicilina + ácido clavulânico (Clavulin®) 500 mg + 125 mg; 8/8 horas; 5 a 10 dias
Rezki <i>et al.</i>	2006	PUN	- Clorexidina 0,12% - Iodopovidona 10%	- Metronidazol 500 mg; 12/12 horas; 7 a 10 dias
Pérez- Sacado <i>et al.</i>	2008	PUN	- Peróxido de Hidrogênio 3% - Clorexidina 0,12% ou 0,2%; 12/12 horas; 7 dias	- Metronidazol 250 mg; 8/8 horas; 7 dias
Guvenc <i>et al.</i>	2009	PUN	- Clorexidina 0,12% 12/12 horas; 10 dias	- Metronidazol 190 mg; 8/8 horas; 10 dias
Winkler <i>et al.</i>	1992	EUN	- Clorexidina 0,12% - PVPI 10%	- Metronidazol 250 mg; 6/6 horas; 4 a 5 dias
Patton <i>et al.</i>	1998	EUN	- Clorexidina 0,12% - PVPI 10%	- Metronidazol 500 mg; 6/6 horas; 7 dias



Referência Bibliográfica:

http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72722014000200001

<https://www2.ufjf.br/odontologiagv/wp-content/uploads/sites/377/2024/02/MANUAL-DE-PRESCRICAO-1.pdf>

DOENÇAS PERIODONTAIS NECROSANTES E USO DE ANTIMICROBIANOS COMO TERAPIA ADJUNTA – REVISÃO DA LITERATURA

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que: de acordo com PROTOCOLO CLÍNICO PARA USO DE FLUORETO PROFISSIONAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA ROBERTA ALBUQUERQUE ACIOLI RIOS DIEGO FIGUEIREDO NÓBREGA 2023 RANNA KARINE DE OLIVEIRA COSTA BARROS.

Alternativa A: Ao contrário do que se pensava no passado, o efeito principal do fluoreto (F⁻) não é sistêmico, ou seja, se ingerido durante a amelogênese ele não interfere significativamente na composição do esmalte dentário, tornando o dente “mais forte” ou resistente ao processo cariioso.

Alternativa B: Apesar de não agir diretamente sobre os fatores causais da doença (dieta e biofilme), o fluoreto é capaz de reduzir a progressão de lesões de cárie e reverter aquelas já existentes, tendo um efeito preventivo e terapêutico sobre o processo de cárie (TEN CATE, 1999).

Alternativa D: O efeito físico-químico do fluoreto na inibição da desmineralização dental acontece quando, no biofilme dental exposto a açúcar fermentável, a presença de fluoreto no fluido do biofilme é capaz de reduzir a perda mineral, uma vez que parte dos minerais dissolvidos da estrutura dental durante a queda de pH retorna ao dente como um mineral fluoretado (precipitação mineral na forma de fluorapatita - FAP). Por outro lado, sua ação na ativação da remineralização acontece quando o desafio cariogênico é interrompido, ou quando o biofilme é removido pela escovação e o pH do biofilme volta aos valores normais (figura 1). Se o fluoreto estiver presente neste meio, ele irá potencializar a capacidade remineralizadora da saliva, repondo minerais contendo fluoreto (FAP) na estrutura dental (CURY E TENUTA 2009). Em outras palavras, o que ocorre é que a Fluorapatita é um mineral menos solúvel do que a Hidroxiapatita. Por conta disso, a FA tende a se precipitar mais facilmente do que a HA em um ambiente contendo cálcio e fosfato inorgânico, o que ocorre na saliva e placa (biofilme) dental. Sendo assim, se houver íons Flúor F⁻ presentes



na cavidade bucal, toda perda mineral ocorrida sob o biofilme dental cariogênico tenderá a ser parcialmente revertida pela precipitação no dente do mineral menos solúvel que é a fluorapatita.

Alternativa E: “Deixamos aqui muito claro que todas as terapias com fluoretos devem ser acompanhadas de um protocolo intensivo de instrução de higiene oral independente do risco à cárie que o indivíduo apresente” (CURY E TENUTA, 2008; ACHILLEOS et al., 2019; OLIVEIRA et al., 2022).

Referência Bibliográfica:

<https://www.cesmac.edu.br/admin/wp-content/uploads/2024/03/PROTOCOLO-USO-DE-FLUORETOS-PROFISSIONAIS.pdf>

QUESTÃO 40 – GABARITO ANULADO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ANULADA, tendo em vista que a questão apresenta duas alternativas incorretas.

A pulpíte irreversível é uma inflamação grave da polpa dentária, enquanto o pólipulo pulpar é uma inflamação crônica e irreversível da polpa.

Lopes e Siqueira Jr (2004) ainda enquadram o quadro clínico de pulpíte hiperplásica como pulpíte irreversível. Esta acontece em dentes de pacientes jovens, onde a inflamação crônica da polpa pode resultar na formação de um pólipulo pulpar, caracterizada pela proliferação de um tecido granulomatoso que protrui pela câmara pulpar. Sob o ponto de vista da prática clínica, a pulpíte hiperplásica e a reabsorção interna são também consideradas variantes da pulpíte irreversível assintomática (DEUS, 1992).

Referência Bibliográfica:

<https://wp.ufpel.edu.br/pecos/files/2015/03/aspectos-gerais-do-comprometimento-pulpar.pdf>



PEDAGOGO I

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão é objetiva e pontual, apresentando cinco alternativas, sendo que a resposta se refere exclusivamente a apenas uma das alternativas, ou seja, não há outra possibilidade de resposta correta senão a resposta (C) LDBEN 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O enunciado é embasado na referência da Lei, a qual é a ÚNICA alternativa correta. As demais alternativas de respostas se referem a outras prerrogativas, as quais podem ser observadas diante de outros dispositivos. Portanto, a questão deverá ser MANTIDA, pois não há outra resposta que indique dubiedade de interpretação nem erro.

PROCURADOR MUNICIPAL T30 I

QUESTÃO 21 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que legislar sobre assunto de interesse local, especialmente sobre a lei de diretrizes orçamentárias trata-se de competência privativa do município, nos termos do art. 9º, inciso I, da Lei Orgânica. Legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagística é competência suplementar, nos termos do art. 11, inciso VIII, da Lei Orgânica. Dispor sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta, indireta e fundacional trata-se de competência suplementar, nos termos do art. 11, inciso III, da Lei Orgânica. Prover sobre a limpeza dos logradouros públicos e o transporte e destino do lixo domiciliar e outros resíduos é competência privativa, nos termos do art. 9º, inciso XXVII, da Lei Orgânica. Estabelecer e impor penalidades por infração das leis e regulamentos municipais trata-se de competência privativa, nos termos do art. 9º, inciso XX, da Lei Orgânica.



QUESTÃO 28 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que foi indicado como gabarito a alternativa “D” (prisão administrativa do responsável pelas contas irregulares).

QUESTÃO 29 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa “B” corresponde a literalidade do art. 1º, inciso XXII, da Lei Complementar nº 113/2005.

QUESTÃO 31 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa “D” está incorreta, visto que trata de concentração e desconcentração.

Referência Bibliográfica: MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. Imprensa: Salvador, JusPODIVM, São Paulo, Malheiros, 2021.

QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o item I está correto, pois corresponde a literalidade do art. 6º, parágrafo único, da Constituição Federal. Os itens II e III também estão corretos, nos termos dos incisos XI e XXV da Constituição Federal, respectivamente.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que alternativa A está correta, nos termos do art. 475 do Código Civil. A alternativa B está incorreta,



nos termos do art. 474 do Código Civil. A alternativa C está correta, pois corresponde a literalidade do art. 478 do Código Civil, conforme requerido pelo enunciado. A alternativa D está correta, nos termos do art. 479 do Código Civil. A alternativa E está correta, nos termos do art. 476 do Código Civil.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa E está incorreta, visto que a intimação será para impugnar a execução, nos termos do art. 535 do CPC. Caso não seja impugnada, deverá ser observado o tramite disposto no § 3º do retromencionado dispositivo legal.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está incorreta, pois para o custeio de sistema de monitoramento para a segurança e preservação de logradouros públicos deve ser instituído contribuição, nos termos do art. 149-A, da CF; a alternativa B está incorreta, visto que as taxa não tem natureza parafiscal; a alternativa C está correta, nos termos do tema 217/STJ: “é constitucional taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício”; a alternativa D está incorreta, nos termos do art. 145, § 2º, da CF; e a alternativa E está incorreta, visto que a iluminação pública é custeada através de contribuição, nos termos do art. 149-A, da CF.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa A está incorreta, pois corresponde ao princípio da aplicação da norma mais favorável. A alternativa B está incorreta, pois corresponde ao princípio do *in dubio pro operário*. A alternativa C está correta, pois no direito do trabalho adota-se a teoria do conglobamento, ou seja, será aplicada a norma que, em seu conjunto, for mais favorável ao trabalhador, ainda que seja hierarquicamente inferior.



Tanto é assim que a reforma trabalhista prevê a possibilidade de aplicação de uma Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho em detrimento da legislação. A alternativa D está incorreta, pois existe uma relação de subordinação entre as partes no contrato de trabalho, onde o trabalhador sempre figurará como subordinado, razão pela qual não foi desmantelada a hierarquia sempre existente, mesmo no caso do trabalhador “hipersuficiente”. A alternativa E está incorreta, pois referido princípio não tem aplicabilidade integral no processo do trabalho e a dinâmica de distribuição do ônus da prova deve respeitar o disposto no art. 818 da CLT.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o item I está incorreto, pois a fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução, nos termos do art. 11-A, § 1º, da CLT. O item II está incorreto, pois a declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição, nos termos do art. 11-A, § 2º, da CLT. O item III está correto, nos termos do art. 11-A, caput, da CLT. O conteúdo da questão (prescrição) está previsto no conteúdo programático (Direito do Trabalho, item 14. Da prescrição e decadência).

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa E está incorreta, pois nos termos do art. 182 do CTN “A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.”.



PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a afirmativa IV está correta pois na abordagem desenvolvimentista, além de outros fatores a habilidade motora é um dos conceitos mais importantes, pois por meio de habilidades motoras pode se dar condições para que ocorra o desenvolvimento e dessa forma movimentar e, assim, se adaptar as exigências do cotidiano em termos de desafios motores.

Referência Bibliográfica: Sobral C. K. Didática da educação física.

Disponível em:

<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conece/3conece/paper/viewFile/2351/989>

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL T40

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão em pauta se refere a um processo interpretativo, ou seja, a questão se refere diretamente ENTRE as respostas elucidadas, qual delas implicaria numa das possibilidades de relacionar o Currículo e a Didática, conservadas as suas peculiaridades entre seus objetos de estudos, POR ISSO, RELACIONANDO-OS. Assim, a resposta correta é a Letra B, A relação particular do Currículo com a Didática se dá, de maneira ímpar, pela transposição do que é proposto enquanto conteúdo de ensino e as práticas planejadas, intencionais, pois dentre as repostas indicadas na questão, essa é a que define de maneira correta a relação entre a Didática e Currículo, pois podemos observar, que são citados os conteúdos de ensino e a relação desses com as práticas pedagógicas, que somente podem ser efetivadas tendo como objeto de preocupação o ensino, que se constitui o objeto de estudos e preocupação da Didática, afirmada por autores que a conceituam em seu campo de estudos, tais como os clássicos Libâneo e Saviani, por exemplo. As demais respostas são OBJETIVAMENTE inadequadas, pois não indicam a estreita relação entre ambos. Ressaltamos ainda que a relação entre Didática e Currículo é campo de estudos de várias disciplinas do curso de Pedagogia, bem como do



curso intitulado Formação docente em nível Médio, o que corrobora com o enunciado e a resposta da questão em tela. TODAS as demais respostas indicam questões inadequadas em relação aos campos de estudo, tais como, resposta A: Não há, especificamente como relacionar a Didática e o Currículo, visto que ambos tem objetos diferenciados de estudos, ou seja, há sim, em várias formas e objetivos, a estreita relação entre Didática e Currículo, ainda que conservados seus objetos de estudos em específico. Na resposta C, Cada um em si, tanto a Didática quanto o Currículo tem objetos de estudos próprio, e em nenhum momento se relacionam, por si só é contraditória, pois afirma que os dois campos em nada se relacionam, ou seja, Currículo e ensino em nada se relacionam? A frase em si é inadequada, portanto, uma resposta errada. As respostas D e E indicam que: A Didática se preocupa com o processo avaliativo e o Currículo com a organização e estrutura dos conteúdos em si.

(E) O Currículo na atualidade se resume na aplicabilidade da BNCC. Ambas as respostas contraditórias e inadequadas ao processo, pois a Didática não se preocupa SOMENTE com o processo avaliativo, mas sim, com tudo que se relaciona ao ensino, na totalidade, nunca foi afirmada essa demanda, o processo avaliativo integra a Didática quanto às suas relações com o ensino, aprendizagem, dentre outros atributos relacionados ao seu objeto essencial. Por fim, a BNCC não deve ser meramente APLICADA, e sim, consultada, viabilizada de acordo com as demandas de cada contexto em si. Portanto, a ÚNICA alternativa correta dentre as cinco apresentadas é a letra B: A relação particular do Currículo com a Didática se dá, de maneira ímpar, pela transposição do que é proposto enquanto conteúdo de ensino e as práticas planejadas, intencionais, visto que a Educação, logo, o ensino, são práticas pedagógicas intencionais, planejadas, objetivando o ensino a partir da organização do Currículo e seus desdobramentos.

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão em pauta pondera sobre como são tratados os CONTEÚDOS na BNCC-Base Nacional Comum Curricular, e os mesmos são tratados como COMPONENTES CURRICULARES. Nessa questão, não está sendo abordada a forma de organização da BNCC tampouco as modalidades de ensino, a questão solicita apenas como são tratados os CONTEÚDOS curriculares em específico, ou seja, como COMPONENTES CURRICULARES. Portanto, a resposta confere com o enunciado e a Letra E.



QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a presente Lei se refere ao PNE- Plano Nacional de Educação. O enunciado da pergunta é objetivo, preciso e pontual. Nesse sentido, observadas as demais alternativas de respostas observamos que TODAS as demais alternativas não se referem à referida Lei questionada. Mesmo o Plano tendo sido prorrogado, o conteúdo da questão se refere àquela lei em específico. Portanto, é a ÚNICA alternativa correta dentre todas as demais, dispensando qualquer forma interpretativa da questão.

TÉCNICO DESPORTIVO I

QUESTÃO 21 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão está se referindo a quais provas de campo são realizadas no mesmo local de prova, no mesmo espaço físico, e não se são ou não provas de campo, conforme o entendimento do candidato. Informo que esta interpretação se são ou não provas de campo é uma interpretação equivocada da questão. Informo que no enunciado está bem claro solicitando que o candidato assinale a alternativa que aponta o local, espaço físico que são realizadas as mesmas provas de campo do atletismo: “assinale a alternativa que aponta corretamente as provas que são realizadas no mesmo local”.

Referência Bibliográfica: Confederação Brasileira de Atletismo – CBAAt Regras de Competição e Regras Técnicas da World Athletics – Edição 2025.

QUESTÃO 22 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a justificativa da candidata reforça que a afirmativa “I” está correta. Pois, a candidata teve um interpretação errônea da afirmativa “I”, tendo em vista que deveria interpretar que o TGFU foi proposto por seus idealizadores que acreditavam que as aulas/treinamentos na iniciação eram realizadas por meio das atividades analíticas, e que estas atividades analíticas eram desvinculadas do contexto do



jogo e que estas atividades analíticas visavam apenas as habilidades técnicas deixando a resolução de problemas táticos de lado.

“I - O TGFU foi proposto por seus idealizadores que acreditavam que as aulas/treinamentos na iniciação esportiva se estruturavam a partir de atividades analíticas, desvinculadas do contexto do jogo e que visavam o ensino de habilidades técnicas.”

Referência Bibliográfica:

Queiroz M. S. F., Cardoso D. S., Lima R. C. R., Leão I. C. S. Importância do método situacional para o ensino dos esportes coletivos. Revista Brasileira de Futsal e Futebol, Edição Especial: Pedagogia do Esporte. São Paulo. v.12. n.50. p.624-628. Jan./Dez. 2020. ISSN 1984-4956.

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão não está mal formulada ela apresenta em seu enunciado informações sobre a diabetes e nas afirmativas testa o conhecimento dos candidatos a respeito da diabetes. Informo a afirmativa “I” é de fácil entendimento: “O sedentarismo é uma das causas da doença, o que significa dizer que quando você pratica exercícios de forma regular, está atacando uma das causas do diabetes.” A interpretação a respeito desta afirmativa deve ser que o sedentarismo pode ser umas das causas do diabetes e que pessoas que praticam atividade física de forma regular podem atacar uma das causas da doença diabetes. Informo que a afirmativa “III” esta incorreta pois o próprio candidato trás os níveis considerados para ser uma hipoglicemia, no qual na afirmativa aponta hipoglicemia como redução exagerada de glicose no sangue, indicando valor inferior a 99 mg/dL. Por isso, a afirmativa não pode ser considerada correta, pois para ser considerada correta deveria constar como redução exagerada valores a baixo de 69 e 54 mg/dL ou abaixo de 54 mg/dL.

Referência Bibliográfica: Guia Prático sobre Exercícios para Pessoas com Diabetes tipo 2

Disponível em: <https://diabetes.org.br/wp-content/uploads/2021/05/guia-praatico-sobre-af-msd-e-roberto-zagury.pdf>



QUESTÃO 33 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTER, tendo em vista que a afirmativa “III” está incorreta: “- O músculo em uma ação antagonista ele atua em conjunto, com o agonista para realizar a mesma ação motora e contribuir com o movimento que está sendo realizado.” Está afirmativa está incorreta pois uma ação muscular antagonista NÃO atua em conjunto com o músculo agonista, pois em uma ação motora o músculo agonista tem uma ação com contração concêntrica e o seu antagonista com uma ação excêntrica, dessa forma não atuam em conjunto, pois são ações opostas. Além disso, na afirmativa está descrito: “para realizar a mesma ação motora e contribuir com o movimento que está sendo realizado.” Aqui o candidato com um conhecimento básico sobre ações musculares já constataria de que a afirmativa está incorreta pois agonista e antagonista NÃO atuam em conjunto para realizar a mesma ação motora.

Referência Bibliográfica:

Tortora, Gerard J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia – 10. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a afirmativa “III” está correta, pois o rodizio relâmpago é usado em determinadas situações em uma competição e dessa forma, pode ser um entendido como um sistema de competição, ou seja, uma forma sistematizada de conduzir uma disputa entre equipes, mesmo que seja uma adaptação a outro sistema de competição.

Referência Bibliográfica: Rezende J. R. Sistemas de disputa para competições esportivas - torneios & campeonatos – 1. Phorte editora Ltda. 2007.



ASSISTENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o termo rede local (LAN) é uma das taxonomias do termo redes. Quando confinadas a uma região física limitada, como um prédio, as redes são conhecidas como redes locais, portanto quando se define a (LAN) como uma rede limitada pode sim conectar hosts em um escritório, edifício ou campus.

Segundo SOUSA (2014), Chamamos de rede local (LAN - Local Area Network) um conjunto de computadores interligados em uma área em um edifício ou campus de uma empresa.

Redes de computadores interligados a grandes distâncias denominam-se WAN (Wide Area Network) ou MAN (Metropolitan Area Network) quando as conexões abrangem apenas uma cidade.

Referência Bibliográfica: SOUSA, Lindeberg Barros de. Redes de Computadores - Guia Total. Rio de Janeiro: Érica, 2014. *E-book*. p.165. ISBN 9788536505695.

QUESTÃO 37 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a patente tem como objetos de proteção as invenções ou os modelos de utilidade que envolvem novos produtos, bem como processos que podem ser industrialmente aplicados. os termos "Proteção Sui Generis" e "Direito Autoral" não são patenteáveis. "Proteção Sui Generis" – Esse termo se refere a sistemas de proteção específicos que não se enquadram exatamente no direito autoral, na patente ou em outras formas tradicionais de propriedade intelectual. Exemplos incluem a proteção de bancos de dados e variedades vegetais. Como é um conceito jurídico, não pode ser patenteado. "Direito Autoral" – O direito autoral protege obras intelectuais, como livros, músicas e filmes. Ele não se relaciona com patentes, que protegem invenções. Além disso, termos jurídicos e conceitos abstratos não podem ser patenteados. Por não serem patenteáveis a única alternativa correta é: Patentes de Invenção e os Modelos de Utilidade.



Referência Bibliográfica: Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial)
DUARTE, Melissa F.; BRAGA, Prestes C. Propriedade intelectual. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.13. ISBN 9788595023239.

QUESTÃO 39 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o ELSE pode ser considerado uma estrutura de controle de fluxo em Python quando em conjunto com outras estruturas, já o termo “switch” não existe na estrutura da linguagem Python, não gerando nenhum tipo de dúvida quanto a alternativa incorreta.

Referência Bibliográfica: DUARTE, Melissa F.; BRAGA, Prestes C. Propriedade intelectual. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. p.13. ISBN 9788595023239. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023239/>. Acesso em: 05 mar. 2025.

FISCAL EM MEIO AMBIENTE I

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o candidato argumenta que a questão nº 32, que aborda a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), extrapolou o conteúdo programático previsto no edital, uma vez que o tópico "Responsabilidade pelo dano ambiental: Responsabilidade administrativa - Poder de polícia, Sanções administrativas" não mencionaria especificamente a Lei de Improbidade Administrativa. No entanto, a banca esclarece que:

O edital, ao mencionar "Responsabilidade administrativa" e "Sanções administrativas", abrange implicitamente os princípios e normas gerais que regem a atuação dos agentes públicos, incluindo a Lei de Improbidade Administrativa, que é instrumento essencial para coibir atos ilícitos na administração pública.



A Lei de Improbidade Administrativa está intrinsecamente relacionada ao tema de responsabilidade administrativa, uma vez que estabelece sanções para atos que violam os deveres de honestidade, legalidade e imparcialidade, princípios fundamentais para o exercício de qualquer cargo público, incluindo o de Fiscal em Meio Ambiente.

A questão não exigiu conhecimentos profundos ou específicos da Lei nº 8.429/1992, mas sim a compreensão de conceitos básicos relacionados à responsabilidade administrativa, que são essenciais para o exercício do cargo em questão.

Conforme o edital, o tópico "Responsabilidade pelo dano ambiental: Responsabilidade administrativa - Poder de polícia, Sanções administrativas" engloba os princípios e normas que regem a atuação dos agentes públicos, incluindo a responsabilização por atos ilícitos. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) é parte integrante desse contexto, pois estabelece sanções para atos que violam os deveres de probidade, legalidade e imparcialidade, que são inerentes à função pública.

A banca examinadora conclui que:

A questão nº 32 está em conformidade com o conteúdo programático previsto no edital, uma vez que a Lei de Improbidade Administrativa é parte integrante do tema "Responsabilidade administrativa" e "Sanções administrativas".

A questão não exigiu conhecimentos específicos ou aprofundados da Lei nº 8.429/1992, mas sim a compreensão de conceitos básicos relacionados à responsabilidade administrativa, que são essenciais para o exercício do cargo de Fiscal em Meio Ambiente.

Portanto, não há vício ou desrespeito ao edital que justifique a anulação da questão.

Referência Bibliográfica: Edital do presente concurso.



QUESTÃO 35 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o candidato não observou que a questão solicita a identificação da alternativa INCORRETA, e não da correta. Portanto, a análise do recurso parte de uma premissa equivocada, já que o objetivo da questão é apontar a afirmação que não está em conformidade com os princípios da Declaração do Rio. Conforme o edital, cada questão da prova objetiva deve ter apenas uma alternativa correta, para melhor explicação, CORRETA PARA O QUE É SOLICITADO NO ENUNCIADO DA QUESTÃO. No caso da questão nº 35, que solicita a identificação da alternativa INCORRETA, apenas a alternativa A está INCORRETA, enquanto as demais alternativas (inclusive a E) estão CORRETAS. Dessa forma, a questão está em plena conformidade com o edital, pois possui apenas uma alternativa incorreta (alternativa A), ou seja, apenas uma alternativa correta para a questão.

Ademais, segue os princípios 1 e 10 como forma de esclarecer a inconformidade da alternativa A, e a conformidade da alternativa E.

“Princípio 1

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm

direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

Princípio 10

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.”

A banca examinadora conclui que:

- A questão nº 35 está em conformidade com o edital, pois possui apenas uma alternativa incorreta (alternativa A).



- O candidato equivocou-se ao interpretar a questão como solicitando a identificação da alternativa correta, quando, na realidade, a questão solicita a identificação da alternativa incorreta.
- A alternativa E está correta, pois está em conformidade com o Princípio 10 da Declaração do Rio, e a alternativa A está incorreta, por apresentar uma redação imprecisa em relação ao Princípio 1.
- Portanto, não há vício ou desrespeito ao edital que justifique a anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

https://www5.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Declaracao_rio_1992.pdf

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o candidato argumenta que a questão nº 40, que aborda o art. 225, § 2º, da Constituição Federal de 1988, extrapolou o conteúdo programático previsto no edital, uma vez que o tópico "Política ambiental de governo (federal, estadual e municipal)" não mencionaria especificamente a Constituição Federal. No entanto, a banca esclarece que:

O edital, ao mencionar "Política ambiental de governo (federal, estadual e municipal)", abrange implicitamente os princípios e normas gerais que regem a atuação dos agentes públicos, incluindo a Constituição Federal, que é a base legal para a política ambiental no Brasil.

O art. 225, § 2º, da Constituição Federal, que trata da obrigação de recuperar o meio ambiente degradado por quem explorar recursos minerais, está intrinsecamente relacionado ao tema de política ambiental, uma vez que estabelece diretrizes fundamentais para a proteção e recuperação do meio ambiente.

A questão não exigiu conhecimentos profundos ou específicos da Constituição Federal, mas sim a compreensão de conceitos básicos relacionados à política ambiental, que são essenciais para o exercício do cargo em questão.



Ademais, é importante destacar que o conhecimento da Constituição Federal, especialmente no que tange ao meio ambiente, é fundamental para o exercício do cargo de Fiscal em Meio Ambiente. A Constituição é a base legal para todas as políticas ambientais e a atuação dos agentes públicos nessa área. Portanto, questionar a inclusão de um tema tão essencial no concurso demonstra uma falta de compreensão sobre as responsabilidades inerentes ao cargo.

Referência Bibliográfica:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO I

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

A 4ª assertiva, “Os EPIs descartáveis devem ter seu fornecimento registrado, cabendo à organização definir a maneira que lhe seja conveniente” é dada como incorreta visto que a legislação entende que em algumas situações o registro de entrega dos EPIs descartáveis não é viável, e, desta forma, o DEVER de realizar o REGISTRO convencional (anotado nas respectivas fichas individuais, sejam elas físicas ou digitais) é isento, desde que a empresa GARANTA sua disponibilização, na embalagem original, em quantidade suficiente para cada trabalhador nos locais de trabalho, assegurando-se imediato fornecimento ou reposição. OU seja, a afirmativa continua como INCORRETA, pois o REGISTRO tradicional em fichas individuais passa a ser devido apenas quando viável, e não sempre.

Quanto a 2ª assertiva, referente ao EPI conjudado, o candidato alega que houve apenas uma mera mudança no termo correto da legislação “utilizado” pelo termo incorreto “fornecido” sem comprometimento da interpretação, e referindo que “conforme a própria norma, o Equipamento de Proteção Individual (EPI) deve ser fornecido pelo empregador e utilizado pelo empregado a questão pode induzir ao erro, já que o fornecimento do EPI está diretamente ligado ao seu uso”.

Todavia, o mero fornecimento não é garantia do uso, tanto que a legislação determina que a empresa deve fiscalizar o uso correto dos EPIs.



O EPI para ser considerado conjugado ele deve sim ser fornecido pela empresa, contudo, o trabalhador deve fazer o uso deste equipamento de maneira conjugada.

Por exemplo, a empresa pode fornecer um capacete conjugado à um protetor auditivo tipo concha, e o trabalhador remover o protetor auditivo tipo concha e fazer uso apenas do capacete, descaracterizando o conjugado. O mesmo pode-se dizer de um capacete de proteção conjugada à um protetor facial, se o empregado, ao utilizar o equipamento, não o fizer da maneira adequada, o equipamento deixa de ser um conjugado, mesmo que a empresa tenha realizado o registro do fornecimento como conjugado.

Ou seja, a alteração do termo “utilizado” para o termo “fornecido” altera sim o sentido a assertiva, e a mantém incorreta.

Referência Bibliográfica: NR-06.

QUESTÃO 34 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a alternativa, para ser considerada correta, deveria contemplar o todos os agentes ocupacionais, e não apenas os agentes físicos e químicos. Tendo em vista que os agentes ocupacionais abrangem muito mais riscos do que apenas os citados, a alternativa se mantém incorreta.

Referência Bibliográfica: NR-07.

QUESTÃO 36 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que conforme o MOS atualizado, em sua página 18, estabelece que o “Grupo SST é composto pelos eventos Comunicação de Acidente de Trabalho, Monitoramento da saúde do trabalhador, Afastamento Temporário e Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos. O grupo citado pelo candidato como “gestão de empregados” não é dado como grupo especificamente. O MOS divide os grupos como “Preliminar, Rotinas, SST, Desligamento, Especial, Acesso WEB, Dowload, Processo trabalhista e Exame toxicológico). O fato das demais alternativas conterem eventos “inexistentes”, como Afastamento Permanente,



Treinamentos específicos e Atividades de Risco é apenas uma maneira discreta de direcionar o candidato à conclusão da alternativa correta com mais facilidade, tornando a questão de nível médio

Referência Bibliográfica:

chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-3-consolidada-ate-a-no-s-1-3-03-2025.pdf

Pag 18

QUESTÃO 37 – GABARITO ALTERADO DA ALTERNATIVA “C” PARA “E”

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será ALTERADA PARA A ALTERNATIVA “E”, pois é a única que atende corretamente ao enunciado. Segue abaixo a relação correta entre o nº dos eventos e suas respectivas nomenclaturas:

S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho

S-2220 - Monitoramento da saúde do trabalhador

S-2230 - Afastamento Temporário.

S-2221 - Exame Toxicológico do Motorista Profissional Empregado

Referência Bibliográfica:

chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-3-consolidada-ate-a-no-s-1-3-03-2025.pdf

Pag 18

TÉCNICO DE PALCO I

QUESTÃO 36 – GAABRITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a questão em análise está em conformidade com o conteúdo programático do concurso, o qual inclui tópicos essenciais relacionados à sonorização, como controle de equipamentos de áudio, áudio ao vivo, tipos e posicionamento de microfones,



além dos processos de gravação e reprodução de sons. Tais conteúdos são fundamentais para que o técnico de palco possua uma compreensão básica e funcional do som, considerando que, em muitas situações, ele é incumbido da execução dessas atividades no ambiente de palco. Dado que a questão aborda especificamente os tipos de microfones e suas adequações, um dos temas explicitamente contemplados no programa, ela se insere dentro do escopo de conhecimentos exigidos para a avaliação.

Referência Bibliográfica: Conteúdo programático do presente concurso.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM T8 – ESFI

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, é a Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o acesso a informações previsto na Constituição Federal, essencial para a transparência nas ações do SUS e no atendimento à saúde do cidadão.

[...] A LAI estabelece que:

- Os órgãos públicos devem divulgar informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de solicitações;
- Os órgãos públicos devem divulgar um rol mínimo de informações na internet;
- O acesso à informação é um direito de todos e um dever do Estado;
- As informações são fornecidas gratuitamente, com exceção de eventuais custos de reprodução de documentos;
- Ninguém precisa justificar por que está realizando um pedido de acesso à informação.

[...] Ou seja, a ÚNICA OPÇÃO CORRETA é a (ALTERNATIVA E) - Garante o direito à informação sobre o SUS.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.



Referência Bibliográfica:

BRASIL. Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelece normas gerais para o processo administrativo do SUS.

BRASIL. Portaria Nº 3.233, de 01 de março de 2024, regulamenta o planejamento do Programa SUS Digital.

BRASIL. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Portaria Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

QUESTÃO 24 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o Dia Nacional da Mamografia, instituído pela Lei Nº 11.695, de 12 de junho de 2008, reforça a necessidade do exame com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da detecção de alterações mamárias precocemente; conforme o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional do Câncer, para mulheres fora dos grupos de riscos, recomenda-se a realização da Mamografia, com intervalos máximos de 2 anos, A PARTIR DOS 50 ANOS (ALTERNATIVA E).

[...] Compreender os Protocolos e Recomendações do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, está entre as atribuições fundamentais do Técnico de Enfermagem que atua na equipe de Saúde da Família.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Controle do câncer de mama. Rio de Janeiro: INCA; 2004.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: controle dos cânceres do colo do útero e da mama. n. 13. Brasília, 2013.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: saúde sexual e saúde reprodutiva. n. 26. Brasília, 2013.

QUESTÃO 25 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a (ALTERNATIVA A) - Ficha A - corresponde ao instrumento de coleta de dados do SIAB no qual é preenchido o “cadastramento das famílias”.

[...]

São instrumentos de coleta de dados:

- Cadastramento das famílias (Ficha A);
- Acompanhamento de gestantes (Ficha B-GES);
- Acompanhamento de hipertensos (Ficha B-HÁ);
- Acompanhamento de diabéticos (Ficha B-DIA);
- Acompanhamento de pacientes com tuberculose (Ficha B-TB);
- Acompanhamento de pacientes com hanseníase (Ficha B-HAN);
- Acompanhamento de crianças (Ficha C - Cartão da Criança);
- Registro de atividades, procedimentos e notificações (Ficha D).

São instrumentos de consolidação dos dados:

- Relatórios de consolidado anual das famílias cadastradas (Relatórios A1, A2, A3 e A4);
- Relatório de situação de saúde e acompanhamento das famílias (Relatórios SSA2 e SSA4);
- Relatórios de produção e marcadores para avaliação (Relatório PMA2 e PMA4).

[...] Compreender os Protocolos e Recomendações do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, está entre as atribuições fundamentais do Técnico de Enfermagem que atua na equipe de Saúde da Família.

[...] Dentre os tópicos propostos nos conteúdos programáticos, podemos relacionar à (QUESTÃO 25):

Estratégia Saúde da Família; SIAB como instrumento de trabalho da Estratégia Saúde da Família; a visita domiciliar no contexto de Saúde da Família; Saúde Coletiva (Pública); Sistema Único de Saúde (SUS); Sistema de Informação em Saúde.



[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB: manual do sistema de informação de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o conhecimento teórico sobre terminologias médicas, termos técnicos assistenciais e conceitos relacionados ao processo saúde-doença é obrigação/responsabilidade de toda equipe de Enfermagem, para que seja prestada uma assistência segura e de qualidade, em qualquer nível da atenção à saúde.

[...] Dentre os prefixos médicos, a alternativa que apresenta aquele que indica que “algo está bom ou bem” é a (ALTERNATIVA E) = Eu.

[...] Dentre os tópicos propostos nos conteúdos programáticos, podemos relacionar à (QUESTÃO 26): atribuições do auxiliar/técnico de enfermagem; prevenção e promoção à saúde; a enfermagem e o cuidado na saúde da família; processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade; temas relacionados à saúde do adulto e do idoso; cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas do cliente/paciente; ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças agudas e crônicas.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

PORTO, C.C. VadeMecum de Clínica Médica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

SILVA, C.R.L.; SILVA, R.C.L.; VIANA, D.L. Compacto dicionário ilustrado de saúde. 2. ed. São Paulo: Yendis Editora, 2007.



QUESTÃO 30 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a ÚNICA OPÇÃO CORRETA é a (ALTERNATIVA C), pois somente o Item V está INCORRETO.

[...]

I - CORRETO - Alocar pacientes homônimos em enfermarias diferentes, se possível.

II - CORRETO - Se uma internação em locais geograficamente diferentes não for possível, alocar equipes assistenciais diferentes para o atendimento de pacientes homônimos.

III - CORRETO - Usar pulseiras de identificação com o nome completo e outros identificadores, como a data de nascimento.

IV - CORRETO - Adicionar um terceiro marcador à pulseira e ficha de identificação, como o nome da mãe ou do pai.

V - INCORRETO, pois preferencialmente, deve-se alocar pacientes homônimos em quartos diferentes.

Não é recomendado alocar pacientes homônimos no mesmo quarto; o risco de erros assistenciais é potencializado, e não centralizará o cuidado e/ou facilitará o foco da equipe assistencial.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

INSTITUTO BRASILEIRO PARA SEGURANÇA DO PACIENTE. Usar no mínimo dois identificadores mitiga erros em casos de pacientes homônimos, IBSP, 2017. Disponível em: <<https://ibsp.net.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que a (ALTERNATIVA D) é a ÚNICA CORRETA para [QUESTÃO 32], pois o conceito “doenças que acontecem com mais frequência em uma determinada estação do ano” define “DOENÇAS SAZONAIS”.



[...] Não existe conceito para “Doenças Climáticas”.

[...] Diante de todo contexto apresentado acima, não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

FERNANDES, A.T. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde, 2000.

FLETCHER, R.H.; FLATCHER, S.W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOMES, E.C.S. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. 83p.

PORTO, C.C. VadeMecum de Clínica Médica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. 707p.

QUESTÃO 38 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os Itens I, II, III, IV, V e VI são estratégias relacionadas a saneamento.

[...] Considerando o contexto “SAÚDE”, “SANEAMENTO” é a atividade relacionada ao abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e o controle de pragas e qualquer tipo de agente patogênico, visando à saúde das comunidades.

[...] Conforme a [QUESTÃO 38], podemos considerar estratégias relacionadas ao saneamento:

- Abastecimento de água potável;
- Manejo de água pluvial;
- Coleta e tratamento de esgoto;
- Limpeza urbana;
- Manejo de resíduos sólidos;
- Controle de pragas e/ou qualquer tipo de agente patogênico.



[...] Não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

FERNANDES, A.T. Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde, 2000.
FLETCHER, R.H.; FLATCHER, S.W. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
GOMES, E.C.S. Conceitos e ferramentas da epidemiologia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2015. 83p.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 3. ed. Brasília, 2019.
ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. 707p.

QUESTÃO 40 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que os Itens I, II, III, IV, V e VI correspondem a atribuições do Técnico de Enfermagem na Estratégia Saúde da Família (ESF):

- Realizar procedimentos de enfermagem, como curativos, administração de medicamentos e vacinas;
- Coletar material para exames;
- Lavar, preparar e esterilizar materiais;
- Participar de atividades de assistência básica;
- Realizar ações de educação em saúde;
- Participar do gerenciamento de insumos.

[...] Não há possibilidades de duplas interpretações dentre as alternativas, cabendo ao candidato a leitura e a análise adequada da resposta correta e/ou alternativas incorretas das questões.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. 4a ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



TÉCNICO EM FARMÁCIA I

QUESTÃO 23 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que não há ambiguidade na questão.

(Due to technical issues, the search service is temporarily unavailable.)

A questão não gera dúvida e que a alternativa (E) está correta e bem fundamentada. Por que a questão pode ser considerada clara e objetiva - A questão pede a principal vantagem do comprimido revestido em relação ao comprimido simples. A alternativa (E) menciona a 'proteção do princípio ativo contra agentes externos, como umidade e luz', o que é, de fato, uma das principais vantagens do revestimento. Essa proteção é essencial para garantir a estabilidade e a eficácia do fármaco, evitando sua degradação antes de chegar ao local de ação. Embora o material citado (<https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/wp-content/uploads/sites/96/2022/04/como-usar-corretamenteas-formas.pdf>) faça uma distinção entre 'objetivo' e 'vantagem', é possível argumentar que a 'proteção do fármaco' pode ser considerada tanto um 'objetivo' quanto uma 'vantagem'. Afinal, a proteção contra agentes externos é um benefício claro que o comprimido revestido oferece em relação ao comprimido simples. A questão é direta e não apresenta ambiguidade em relação ao que está sendo perguntado. Ela não menciona 'objetivo', mas sim 'vantagem', e a alternativa (E) descreve uma vantagem clara e amplamente reconhecida dos comprimidos revestidos. As outras alternativas, como liberação imediata (A), melhora da biodisponibilidade (B), redução do tempo de ação (C) e palatabilidade (D), não são as principais vantagens do revestimento, o que torna a alternativa (E) a mais adequada. A proteção do princípio ativo é uma vantagem amplamente reconhecida e documentada na literatura farmacêutica. A questão não mistura conceitos de forma confusa, pois foca especificamente na vantagem do comprimido revestido. As outras alternativas são claramente incorretas ou não representam a principal vantagem do revestimento. A proteção do princípio ativo contra agentes externos é, de fato, a principal vantagem do comprimido revestido, e a questão está clara e alinhada com o conhecimento farmacêutico.

Referência Bibliográfica:

Aulton, Michael E. Delineamento de formas farmacêuticas / Michael E. Aulton , Kevin M. G. Taylor; [tradução Francisco Sandro Menezes]. - 4 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.



Loyd V. Allen Jr., Nicholas G. Popovich, Howard C. Ansel. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos - 9.Ed. Artmed Editora, 1 de jan. de 2013 - 716 páginas.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL T8 – ESF/ESB I

QUESTÃO 26 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o enunciado da questão solicita uma característica clínica que não ocorre em casos de câncer bucal. O enunciado não menciona que essas características precisam estar localizadas diretamente na cavidade bucal.

As características clínicas do câncer bucal incluem:

- Lesões na boca ou lábios que não cicatrizam
- Manchas ou placas vermelhas ou esbranquiçadas na boca
- Nódulos ou caroços no pescoço
- Rouquidão persistente
- Dor na garganta que não melhora
- Sangramentos sem causa conhecida
- Dificuldade ou dor para falar, mastigar ou engolir
- Dificuldade para mover a mandíbula e a língua
- Inchaço na mandíbula
- Dormência na região bucal

O diagnóstico precoce do câncer de boca ocorre pela identificação de alterações teciduais durante a realização do exame clínico, e a confirmação diagnóstica é feita por meio de biópsia e exame anatomopatológico. As lesões do câncer de boca geralmente são assintomáticas nos estágios iniciais, mas, com a evolução da doença, os indivíduos podem apresentar dor, sugerindo o comprometimento de estruturas ou espaços adjacentes.



Referência Bibliográfica: MINISTÉRIO DA SAÚDE Instituto Nacional de Câncer (INCA) DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE BOCA

QUESTÃO 27 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que:

Os dentes decíduos apresentam uma série de diferenças entre a dentição permanente, a principal delas é o tamanho da coroa, ou seja, o diâmetro mesiodistal é maior que o cervicoincisal, o qual confere um aspecto aplanado, e, também, os dentes decíduos diferem dos permanentes no tamanho e no volume de sua raiz, que são bem maiores em relação à coroa, e ainda o teor de cálcio é menor nos dentes temporários.

Existem algumas diferenças básicas entre os dentes decíduos e os permanentes:

- os dentes decíduos têm dimensões menores que os permanentes correspondentes.
- as coroas dos dentes decíduos são mais largas no sentido mesiodistal, em comparação com sua altura, que as dos dentes permanentes.
- as raízes dos molares decíduos são comparativamente mais finas e longas do que as raízes dos molares permanentes.
- os terços cervicais vestibular e lingual das coroas dos dentes decíduos anteriores são muito mais proeminentes que os dos dentes permanentes.
- em comparação com os permanentes, os dentes decíduos têm uma constrição acentuada na junção dentina-esmalte.
- o esmalte é mais fino nos dentes decíduos, em comparação com os permanentes.
- a espessura de dentina é menor nos dentes decíduos que nos dentes permanentes.
- a câmara pulpar nos dentes decíduos é comparativamente maior que nos dentes permanentes.



- os cornos pulpares, principalmente os mesiais, são mais proeminentes nos molares decíduos que nos molares permanentes.

Referência Bibliográfica:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/acaodonto/article/view/3791/1966>

QUESTÃO 32 – GABARITO MANTIDO

Justificativa: Prezados candidatos, em resposta ao recurso interposto, temos a esclarecer que a questão será MANTIDA, tendo em vista que o fato de não estar especificado que o tipo de avental a ser utilizado é o de chumbo, a alternativa C não está incorreta.

Radioproteção

Trata-se de um assunto extremamente negligenciado, não sendo uma preocupação comum entre os cirurgiões-dentistas. É comum pensar que a radiação emitida por um equipamento de consultório odontológico é muito pequena e, portanto, “inofensiva”. No entanto, lembramos que, em radioproteção, devem ser considerados o tempo de exposição, a distância em relação à fonte e a blindagem. Os danos à saúde, provenientes da exposição à radiação, podem se manifestar em longo prazo, o que reforça, nos profissionais, a postura negligente. Os consultórios odontológicos que possuem aparelhos de raios-X devem atender às disposições da Portaria SVS/MS nº 453, de 1998, nas quais se destacam:

- Proteção para o paciente: uso de avental de chumbo e protetor de tireoide
- Proteção para o profissional: avental, distância e biombo, condições adequadas para a revelação das radiografias e uso de dosímetro pelo cirurgião-dentista.

Referência Bibliográfica: Biossegurança e Segurança do Paciente

<https://www.abo.org.br/uploads/files/2018/06/manual-de-biosseguranca-revisado.pdf>